

PREGÃO ELETRÔNICO

011/2026

CONTRATANTE (UASG)

Departamento de Água e Esgoto de Bauru (930098)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo I5 (incentivada com 50% de desconto na tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD), na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do Departamento de Água e Esgoto de Bauru/SP, com ponto de entrega localizado no submercado sudeste/centro-oeste, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 80.351.571,65

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/03/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO DIFERENCIADA



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

Processo Administrativo nº 1361/2025

Torna-se público que o **Departamento de Água e Esgoto de Bauru**, ou simplesmente **DAE**, por meio da Divisão Administrativa, com sede na Rua Padre João, nº 11-25, Bauru/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo I5 (incentivada com 50% de desconto na tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD), na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do Departamento de Água e Esgoto de Bauru/SP, com ponto de entrega localizado no submercado sudeste/centro-oeste conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 05 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada,

inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.5.1. Conforme Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019, a falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. No preenchimento da proposta escrita, a coluna “Valor Unitário” em R\$ deve ser expressa em até quatro casas decimais, e a coluna “Valor Total” em R\$ expressa com duas casas decimais, de cada item.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#) e pela Lei Municipal nº 7.238, de 2019.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19.2.5. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, no caso de pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor

de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Cadastro de Sanções por Fornecedor, mantido pela Secretaria de Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo (https://www.bec.sp.gov.br/sancoes_ui/asp/consultaadministrativaforneecedor.aspx);
- e) Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

6.2. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).**

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou servidor integrante do Serviço de Compras do DAE, mediante a apresentação do documento original, ou por declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade será verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4.1. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, será exigido o cadastramento da pessoa física em Sistema de Registro Cadastral utilizado pelo Município.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone (14) 3235-6188 e/ou e-mail producao@daebauru.sp.gov.br, contato com Vanderlei de Brito Melo, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro e postados/protocolados em originais ou cópias autenticadas, conforme casos previstos no item 7.3, juntamente com a proposta escrita, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação. O endereço para entrega é o seguinte:

Departamento de Água e Esgoto
Pregão nº 011/2026
Rua Padre João, nº 11-25
Vila Santa Tereza, Bauru, São Paulo
CEP 17012-020

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#) e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#) e art. 31 da Lei Municipal nº 7.238/2019).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no máximo 30 (trinta) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Serviço de Compras do DAE.

8.10.1. Eventual pedido para extração de cópias será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo a mesma ser encaminhada ao Pregoeiro, arcando o requerente com os custos.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail pregoeiro_daniele@daebauru.sp.gov.br c/c licit.compras@daebauru.sp.gov.br.**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.daebauru.sp.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato e Termo de Ciência e de Notificação TCE/SP

11.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços

11.11.4. ANEXO IV - Modelos de Cartas de Credenciamento e Outras Declarações

Bauru, 27 de fevereiro de 2026.

Tatiana Almeida Nunes Silveira
Divisão Administrativa - DAE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

Processo Administrativo nº 1361/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo I5 (incentivada com 50% de desconto na tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD), na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do Departamento de Água e Esgoto de Bauru/SP, com ponto de entrega localizado no submercado sudeste/centro-oeste, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO Nº 01

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 01 .	27863	MWh	30.229	406,0300	12.273.880,87
2	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 02 .	27863	MWh	51.822	353,0933	18.298.000,99
3	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia	27863	MWh	51.822	335,9033	17.407.180,81

	elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 03.					
4	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 04.	27863	MWh	51.822	323,1133	16.744.377,43
5	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 05.	27863	MWh	51.822	301,5733	15.628.131,55

1.2. Serviço especializado de consultoria, assessoria e gestão no suprimento de energia elétrica, realizando as seguintes atividades:

- Assessoria na gestão na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica das instalações inseridas no ACL (representação, adesão, gestão, ajuste e modelagem das cargas);
- Assessoria, gestão e auditoria dos contratos de energia no ACL;
- Reuniões e treinamentos à distância;
- Balanço e consolidação de energia;
- Informações ao cliente (emissão de relatório gerencial, medição e faturamento);
- Assessoria regulatória;
- Consultoria e suporte jurídico para esclarecimento sobre regulação e legislação do setor elétrico;
- Auxílio no encaminhamento de questões judiciais relacionadas ao ACL;

- i) Intermediação junto aos órgãos competentes do setor de energia no ACL.

1.3. O OBJETO descrito neste TERMO DE REFERÊNCIA enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata o art. 6º, inciso XIII da Lei Federal 14.133/2021, sendo cabível a utilização da modalidade de licitação denominada pregão, de forma que seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, neste TERMO DE REFERÊNCIA.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da ordem de serviço, prorrogável por até **120 (cento e vinte) meses**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **sua interrupção inviabiliza o desempenho das atividades finalísticas e administrativas da autarquia, por se tratar de um insumo essencial e de consumo permanente**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa por **permitir maior previsibilidade orçamentária, garantir melhores condições comerciais e reduzir os custos administrativos**, conforme Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Para o perfeito entendimento e precisão da terminologia utilizada neste edital, o conceito dos vocábulos e expressões adotadas constam no Glossário (Apêndice A) deste TERMO DE REFERÊNCIA.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A aquisição sugerida deve observar a legislação aplicável ao caso, especialmente a Lei nº 10.848/2004, que trata sobre a comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre.

4.2. A CONTRATADA deverá possuir, além dos requisitos de habilitação estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais certificações e autorizações que lhe permitam efetuar a venda de energia elétrica.

4.3. A CONTRATADA deverá possuir equipe técnica mínima para a execução dos serviços, a qual deve ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- a) Responsável Técnico: 1 (um) profissional com formação em Engenharia Elétrica e experiência em (I) assessoria no processo de migração ao Ambiente de Contratação Livre, ou (II) gestão e administração dos contratos de energia de unidades consumidoras inseridas no Ambiente de Contratação Livre, ou (III) na prática de comercialização de energia;
- b) Operador do Mercado de Energia: 1 (um) profissional com formação de nível superior e possuidor de título válido de Operador do Mercado de Energia pela prova de Certificação de Operadores de Mercado organizada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

4.4. A vencedora da licitação deverá atender à composição mínima e ao perfil dos profissionais supracitados que farão parte da equipe técnica, a qual será exigida no momento da contratação, para a completa e satisfatória execução do objeto, como garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora, tendo em vista quantidade expressiva de unidades consumidoras, o monitoramento contínuo, a contabilização das cargas das unidades, e os prazos diminutos para consolidação das faturas junto à CCEE, além de outras problemáticas que poderão surgir e causar prejuízos à CONTRATANTE.

4.5. A vencedora deverá apresentar as experiências requeridas dos profissionais através de "Curriculum Vitae", contendo atuação em função de nível superior equivalente a analista, engenheiro ou gestor de equipe responsável pelo processo de migração, gestão ou comercialização de energia, por um período mínimo de 12 meses. As descrições das atividades devem ser detalhadas e precisas, fornecendo subsídios suficientes para a análise técnica e validação por parte do CONTRATANTE.

4.6. Os profissionais supracitados deverão fazer parte do quadro permanente da vencedora do certame na data de assinatura do contrato, comprovada por meio de documentação pertinente, em uma das seguintes condições a seguir: empregado; sócio; diretor; pessoa física com contrato de prestação de serviços. Não será admissível subcontratação de pessoas jurídicas para integrar a equipe mínima.

4.7. A vencedora deverá apresentar no ato da contratação documento formal da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica informando a sua Representação Operacional, como associado ou não associado, sendo que para este último deverá ter um cadastro de não agente. Também, deverá apresentar certificado de adimplemento ou de que não possui pendências junto à CCEE.

Sustentabilidade:

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.8.1. A CONTRATADA deve fornecer um parecer técnico e comprobatório de fonte de energia renovável seguindo as especificações técnicas do GHG Protocol Brasil contendo todas as informações necessárias (descritivo da quantidade, fonte e fator de emissão de carbono das fontes renováveis) e que

atestem que o atributo de energia renovável referente quantidade de energia elétrica foi repassado exclusivamente para o Departamento de Água e Esgoto de Bauru - DAE, não tendo sido transmitido na forma de certificados de energia renovável (RECs) ou repassados a outros clientes por meio de contratos bilaterais ou Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (CCEAL).

4.8.2. Em caso de energia renovável I-RECs, a CONTRATADA deverá fornecer os devidos certificados referente ao consumo por ano.

Subcontratação

4.9. É vedada a subcontratação integral ou da parcela preponderante do objeto contratual. Dessa forma, não será admitida, sob qualquer hipótese, a subcontratação do fornecimento de energia.

4.10. Será admitida a subcontratação parcial de serviço específico, a saber:

4.10.1. Todas as adequações físicas dos medidores, somente caso necessários, cabendo à CONTRATADA consultar as Normas e Procedimentos da concessionária de energia local destacada no item 5.11.2.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA e suas últimas revisões para verificar se há necessidade de adequar o padrão de entrada antes de realizar a migração ao ACL.

4.10.2. Caso não houver a necessidade, a CONTRATADA fica isenta desta adequação.

4.10.3. Havendo a necessidade de adequação, a CONTRATADA deverá apresentar para aprovação do DAE um relatório informando quais unidades necessitam de adequação e hipótese fundamentada em regulamentação específica para justificar a demanda de adequação.

4.11. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão, coordenação, fiscalização e pagamento das atividades da subcontratada, bem como responder perante o DAE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.12. A subcontratação depende de autorização prévia da fiscalização do DAE.

4.13. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Participação de consórcio

4.15. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no presente TERMO DE REFERÊNCIA.

4.16. A justificativa para a vedação da participação de empresas em consórcio, baseada em critérios técnicos e de mercado, consta pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares ETP, apêndice deste TERMO DE REFERÊNCIA.

Garantia da contratação

4.17. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.18. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.19. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.20. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.21. A fim de dimensionar de forma mais acurada a proposta da empresa licitante e de que esta tenha conhecimento do local onde os serviços serão prestados, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações do DAE, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23.1. O agendamento deve ser solicitado através do e-mail producao@daebauru.sp.gov.br ou pelo telefone (14) 3235-6188, contato com Vanderlei de Brito Melo (Matrícula 100.497) e sua realização poderá ser comprovada por:

4.23.2. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017; ou

4.23.3. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do OBJETO.

4.24. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.25. Todas as 54 (cinquenta e quatro) instalações do DAE atendidas em média tensão poderão ser vistoriadas pelo licitante.

4.26. A critério do licitante poderá ser definida uma quantidade amostral, cuja relação constará no Atestado/Declaração de vistoria assinado pelo servidor responsável e pelo representante legal da empresa ou responsável técnico.

4.27. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Todos os serviços e fornecimentos deverão ser executados de acordo com o presente TERMO DE REFERÊNCIA, em consonância com normas técnicas aplicáveis ao objeto, normas internacionais (caso não haja norma nacional) pertinentes e legislação vigente.

5.2. A compra de energia elétrica de que trata o presente TERMO DE REFERÊNCIA se baseia no disposto na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.1163/2004. Essa operação se sujeita, ainda, à regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, às Regras de Comercialização, aos Procedimentos de Comercialização, aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema - ONS e demais disposições legais, regulamentares e regulatórias aplicáveis, e outros que venham a sucedê-los.

5.3. As partes reconhecem que o fornecimento físico da energia contratada não é objeto desta contratação e estará integralmente subordinado às determinações técnicas do ONS e da ANEEL, inclusive em caso de decretação, pela Autoridade Competente, de racionamento de energia elétrica no submercado Sudeste/Centro-Oeste, sendo que, ocorrendo essa decretação de racionamento que atinja os consumidores do ponto de entrega e havendo indefinição das regras a serem aplicadas a esse contrato, bem como inexistindo disposição nas Regras de Comercialização a regular o tema, os montantes de energia contratada sofrerão uma redução na exata proporção da redução compulsória de consumo decretada. Nessa hipótese, fica ajustado que as penalidades previstas nesse contrato e os mecanismos de rescisão contratual pela não entrega integral da energia contratada não poderão ser aplicadas.

5.4. As despesas com a TUSD serão pagas diretamente pelo DAE.

5.5. O pagamento de todos os encargos setoriais será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.6. Início da execução do objeto: a partir da emissão da Ordem de Serviço.

5.7. A condução do processo de migração do contrato de todas as unidades relacionadas no Apêndice B deste TERMO DE REFERÊNCIA perante a concessionária de energia local será realizada dentro do primeiro mês de vigência do instrumento contratual, com a efetivação da migração ocorrendo até o fim de maio de 2026.

5.8. O início do suprimento de energia elétrica se dará a partir da data efetiva de migração da primeira unidade, e permanecerá durante 55 (cinquenta e cinco) meses.

5.9. Caso ocorra a postergação da migração por razões alheias à competência ou à esfera de controle do DAE, este ficará desobrigado de honrar os volumes correspondentes ao atraso, sendo o início de suprimento automaticamente postergado por igual período.

5.10. Todas as despesas adicionais decorrentes de eventual atraso no processo de migração imputável à CONTRATADA serão de sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser repassadas à CONTRATANTE, a qualquer título.

Rotinas a serem cumpridas

5.11. A CONTRATADA, além do suprimento de energia elétrica do tipo I5, prestará ao DAE os serviços de adequação do SMF para o ingresso ao ACL, gestão, assessoria e consultoria durante toda a vigência do instrumento contratual. Estes serviços foram divididos em etapas, a saber:

- a) Etapa 1 (Pré-Migração): Assessoria no processo de migração do ACR ao ACL, adesão e representação à CCEE;
- b) Etapa 2 (Adequação do SMF): Adequação do Sistema de Medição para Faturamento, conforme padrões e normas vigentes, tanto da concessionária de energia local, quanto do ONS;
- c) Etapa 3 (Reuniões e Treinamentos): Realização de reuniões e treinamento de capacitação;
- d) Etapa 4 (Pós-Migração): Consultoria empresarial e gestão dos contratos migrados ao ACL, representação no âmbito da CCEE, emissão de relatórios gerenciais, assessoria regulatória, consultoria jurídica, auditoria.

5.11.1. Etapa 1 (Pré-Migração):

5.11.1.1. Assessoria e condução do processo de migração, realizando a denúncia dos contratos das unidades consumidoras junto à concessionária de energia local e fornecendo todo o suporte para possibilitar a migração das unidades consumidoras do DAE para o ACL.

5.11.1.2. Preparação da documentação necessária para adesão, abertura de conta e representação na CCEE, bem como assessoramento no cumprimento das regras e procedimentos de comercialização.

5.11.1.3. Acompanhamento do processo de denúncia dos contratos de cada unidade consumidora junto à concessionária de energia local.

5.11.1.4. Condução e coordenação do processo de migração, junto com o DAE, entrando em contato com a concessionária de energia, visando a adequação como consumidor livre, conforme todos os procedimentos técnicos, comerciais, administrativos e legais que devem ser tomados junto à concessionária e a CCEE.

5.11.1.5. Avaliação dos contratos recebidos concernente aos aspectos legais bem como a aderência às especificidades técnicas de cada unidade de consumo.

5.11.1.6. Suporte jurídico e regulatório para eventuais e possíveis problemas no processo de migração.

5.11.2. Etapa 2 (Adequação do SMF):

5.11.2.1. Execução de todas as adequações civis e elétricas solicitadas pela concessionária de energia local, com o intuito de viabilizar a migração de todas as 54 (cinquenta e quatro) unidades consumidoras relacionadas no Apêndice B deste TERMO DE REFERÊNCIA.

5.11.2.2. As adequações devem atender às exigências e aos padrões estabelecidos pela concessionária de energia e, também, à legislação específica em vigor no país. A adequação do SMF deverá obedecer aos critérios da CCEE, ONS e à "GED-16789 - Procedimento para Serviço de Implantação ou Adequação de SMF", norma técnica da concessionária de energia local.

5.11.2.3. Para a execução da adequação do SMF, a CONTRATADA não precisará elaborar projeto básico.

5.11.2.4. Para a execução da adequação do SMF, o DAE e a CONTRATADA irão de comum acordo organizar o agendamento prévio para a execução dos trabalhos. Poderá haver penalidades caso o tempo de execução seja maior que o designado de comum acordo.

5.11.2.5. Caso seja necessário interromper o fornecimento de energia da concessionária para adequação do SMF durante o horário normal de funcionamento da unidade do DAE, fica a CONTRATADA obrigada a suprir o fornecimento de energia elétrica da respectiva unidade através de gerador, com potência adequada ao pleno funcionamento da unidade, sendo de sua responsabilidade os custos para instalação, manutenção, aluguel, desinstalação e abastecimento do gerador.

5.11.2.6. A CONTRATADA realizará todas as tratativas para solicitar e programar a interrupção do fornecimento de energia para execução da adequação do SMF junto à concessionária de energia local, quando necessário.

5.11.2.7. A CONTRATADA será responsável pelo acompanhamento total do processo de adequação do SMF, inclusive comissionamento e aprovação final pela distribuidora local e, sempre que solicitado pelo DAE, enviará informações para o fiscal do contrato sobre o andamento desse processo em cada unidade.

5.11.2.8. É responsabilidade da CONTRATADA quaisquer penalidades aplicadas por quaisquer órgãos, entidades ou agências reguladoras relacionadas à medição do consumo nas UNIDADES CONSUMIDORAS, como inconsistências na apuração, dados faltantes ou medidores não coletados.

5.11.3. Etapa 3 (Reuniões e Treinamentos):

5.11.3.1. A CONTRATADA, por intermédio do seu Responsável Técnico, deverá realizar no mínimo 3 (três) reuniões junto ao DAE no primeiro ano de execução do contrato para:

- a) Apresentar um plano de trabalho com fluxogramas e cronograma das fases e suas atividades;
- b) Treinamento para capacitação;
- c) Outras pautas pertinentes aos processos objeto da presente contratação.

5.11.3.2. As reuniões serão agendadas previamente junto ao fiscal do contrato, através do seu preposto, e poderão ser realizadas na modalidade remota ou presencial, a critério da CONTRATADA.

5.11.3.3. Para os anos seguintes, a CONTRATADA deverá realizar reuniões anuais, com calendário a ser definido pelo DAE, para:

- a) Treinamentos para atualização e reciclagem;
- b) Reuniões com a Diretoria do DAE;
- c) Apresentação dos resultados obtidos no ACL e perspectivas para o futuro;
- d) Possíveis mudanças regulatórias ou de legislação que poderão impactar o DAE;
- e) Outras pautas pertinentes ao Ambiente de Contratação Livre e à gestão dos contratos.

5.11.3.4. Poderão ser realizadas, durante toda a vigência do contrato, reuniões não presenciais, a serem solicitadas a qualquer momento, agendadas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

5.11.3.5. Os treinamentos citados nos itens 5.11.3.1. e 5.11.3.3. poderão ser realizados no modelo remoto ou presencial, a critério da CONTRATADA, para capacitação e atualização dos servidores indicados pelo DAE, no quantitativo estimado de até 10 (dez) pessoas, no município de Bauru/SP. O primeiro treinamento deverá ser realizado em até 20 (vinte) dias corridos após a data de recebimento da ordem inicial de execução do serviço.

5.11.3.6. A capacitação sobre Mercado Livre de Energia deverá ter carga horária mínima de 4 horas, abordando, no mínimo os assuntos abaixo:

- a) Migração: Requisitos, atratividade, documentação necessária, aportes, garantias, contribuições, pagamentos, penalidades. Principais procedimentos e obrigações dos agentes para com a CCEE e adequação do sistema de medição;
- b) Aquisição da energia: Formas de pagamento, questões jurídicas e tributárias.

5.11.3.7. Os treinamentos subsequentes serão com carga horária de 4 horas para atualização e reciclagem e deverão ser realizados 12 (doze) meses após a última capacitação, abordando no mínimo as novidades e atualizações do setor elétrico e suas possíveis alterações regulatórias.

5.11.3.8. A infraestrutura física para o treinamento será fornecida pelo DAE. A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o material do curso em formato digital.

5.11.3.9. Todos os custos relacionados com o deslocamento dos profissionais responsáveis pela aplicação dos treinamentos, quando necessário, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.11.4. Etapa 4 (Pós-Migração):

5.11.4.1. Gestão dos contratos das unidades consumidoras no ACL e representação no âmbito da CCEE, com emissão de relatórios gerenciais pelo sistema DRI (Divulgação de Resultados e Informações) da CCEE e relatórios personalizados emitidos pela própria gestora, conforme recomendações do corpo técnico do DAE.

5.11.4.2. Gestão das unidades consumidoras no ACL, em parceria com o DAE, executando dentre outras atividades:

- a) Consultoria nas questões de regulamentação relativas ao ACL;
- b) Suporte no cumprimento das atividades e obrigações enquanto agente de mercado;
- c) Registro e validação dos contratos no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE);
- d) Envio de simulação de faturamento dos contratos de energia, parcelas fio e energia;
- e) Suporte a assuntos técnicos relacionados aos contratos de conexão a distribuidora (CUSD);
- f) Suporte na negociação para aumento ou redução de consumo não previstos;
- g) Fiscalização da TUSD;
- h) Análise e aprovação das faturas.
- i) Economia realizada no mês: Após a apuração dos serviços e medição do consumo será efetuada a comparação do custo total da unidade como consumidora livre com o custo simulado do consumo no ACR, considerando as tarifas praticadas pela concessionária local;
- j) Emissão de relatórios mensais com comparativo entre ACR e ACL, contendo, mas não se limitando, as informações de todo o processo: medição, contabilização, aporte de garantias financeiras, liquidação financeira, evolução de consumo, encargos setoriais, entre outros;
- k) Acompanhamento do Lastro de Consumo: Acompanhamento do consumo até o mês em questão, considerando os critérios de cálculo do nível de insuficiência de contratação descritos nas Regras de Comercialização da CCEE. Com isso, é indicada a necessidade ou não de compra adicional de energia com a finalidade de evitar a incidência de penalidade por falta de cobertura do consumo em algum dos meses já realizados;
- l) Balanço Recurso X Requisito: Apresenta o balanço entre os recursos (energia total contratada pelo DAE) e os requisitos (consumo total das unidades), bem como uma estimativa dos montantes financeiros relativos às exposições negativas ou positivas na CCEE;
- m) Ocorrências Relevantes: São listados os principais fatos ocorridos no âmbito da CCEE e que são do interesse dos consumidores livres, quais sejam, alterações nas regras e

procedimentos de comercialização, apresentações realizadas para esclarecimento dos agentes, dentre outras;

- n) Liquidação Financeira: São comentados pontos mais importantes dos resultados da liquidação financeira ocorrida naquele mês;

5.11.4.3. Relacionamento Institucional, executando dentre outras atividades:

- a) Operacionalização e representação na CCEE;
- b) Validação de contrato no CliqCCEE, análise e validação de ajuste de registro, caso necessário;
- c) Estimativa, validação e informe dos valores das garantias financeiras a serem aportadas;
- d) Acompanhamento da cobertura de consumo e potência para fins de evitar penalidade e contestar penalidades se for o caso;
- e) Monitorar os Encargos de Serviços de Sistema (ESS) que deverão ser pagos pelo DAE à CCEE;
- f) Validação e informe da contribuição da CCEE;
- g) Liquidação financeira com análise dos relatórios de contabilização mensais e informe da posição final do cliente;
- h) Modelagem de novos ativos;
- i) Abertura e acompanhamento de chamados;
- j) Validação e informe do cálculo da cota do PROINFA;
- k) Informe e esclarecimento sobre alterações nas regras e procedimentos de comercialização da CCEE, como consultas preliminares, procedimentos de adequação da medição e alteração das garantias financeiras. Quando for o caso, representação em reuniões e audiências promovidas pela CCEE;
- l) Representação nas assembleias ordinárias e extraordinárias da CCEE;
- m) Informe e esclarecimento sobre alterações de legislação;
- n) Informe, esclarecimento e, quando for o caso, representação em consultas e audiências públicas na ANEEL. Os custos relacionados ao deslocamento dos envolvidos serão de responsabilidade do cliente;
- o) Informação da previsão de carga para os próximos 10 anos ao MME/EPE, em atendimento à Portaria 331, de 29 de julho de 2005 e nos termos do art. 3º da Lei 10.848, de 15 de março de 2004 e do art. 17 do Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004.

5.11.4.4. Assessoria regulatória, consultoria e suporte jurídico, executando dentre outras atividades:

- a) Realizar acompanhamento de auditorias feitas pela Aneel e CCEE;
- b) Informar da necessidade de adequação advinda de novas legislações e resoluções;
- c) Acompanhar novas regras e procedimentos com o intuito de montar estratégias que tragam novos benefícios;
- d) Intermediar relação com os órgãos do setor;
- e) Auditoria e análise geral de documentos, contratos e faturas;
- f) Suporte jurídico para questões contratuais e regulatórias.

5.11.4.5. Inteligência de Mercado, executando dentre outras atividades:

- a) Assessoria técnica e regulatória frente à CCEE, concessionárias de distribuição, transmissão, ANEEL e ONS;
- b) Previsão de mercado com indicadores futuros das principais variáveis econômicas que impactam a contratação da energia;
- c) Estudo comparativo entre ACR e ACL e suporte necessário ao DAE junto à concessionária num eventual retorno ao ACR ou migração/ligação de novas unidades ao mercado livre;
- d) Análise de Riscos e Inteligência de Mercado, disponibilizado por meio de relatórios e apresentações.

5.11.4.6. Envio de relatórios trimestrais, ou a pedido do DAE, contendo no mínimo:

- a) Regras e Procedimentos Setoriais;
- b) Legislação, Tributos e Encargos ligados ao Setor Elétrico;
- c) Relatórios de Inteligência de Mercado;
- d) Encargos Setoriais, histórico e previsões;
- e) Eventos importantes que impactem o setor;
- f) Perdas elétricas.

5.11.4.7. A CONTRATADA é responsável pelo cumprimento de quaisquer obrigações e encargos pactuados nos contratos de comercialização no ACL para suprimento das UNIDADES CONSUMIDORAS, inclusive quaisquer multas ou incidência de penalidades;

Confidencialidade e Propriedade Intelectual

5.12. A CONTRATADA deve manter total sigilo de todos os dados, informações, documentos e mídias a que tiver acesso durante a execução do trabalho. Nenhum desses materiais pode ser divulgado, reproduzido ou utilizado, exceto para cumprir os objetivos deste Termo de Referência e do contrato correspondente.

5.13. A CONTRATADA e o CONTRATANTE se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atentem contra a moral e os bons costumes.

5.14. O CONTRATANTE não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da CONTRATADA e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

5.15. O dever de sigilo e de confidencialidade deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do contrato.

5.16. A propriedade intelectual sobre todo e qualquer documento, relatório e estudo desenvolvido pela CONTRATADA em decorrência da execução dos serviços contratados será transferido para a Autarquia de forma irrestrita, permitindo distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.17. Deverão ser inclusos na proposta os valores relativos à realização de treinamentos, materiais e mão de obra para execução das adequações dos Sistemas de Medição para Faturamento (quando necessárias), encargos setoriais, reuniões periódicas, insumos, visitas à concessionária de energia, consultores e outros de alguma forma vinculados ao serviço e de interesse do DAE.

5.18. Nos preços propostos e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto licitado, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, todos os impostos, com exceção do ICMS, e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre ele. A alíquota de ICMS não deve estar inclusa no preço ofertado. A inclusão da alíquota de ICMS no faturamento, deverá observar a legislação Estadual vigente.

5.19. Outras informações relevantes para o dimensionamento da proposta, tais como, relação de unidades, endereço, sazonalidade, flexibilidade, modulação e volume estimado de consumo de energia e são apresentadas no Apêndice B.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.20. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.21. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar, em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato, um plano de continuidade de negócios (PCN). Esse plano deverá prever as ações, prazos e documentações necessárias para a continuidade dos serviços contratados em caso de rescisão ou encerramento contratual. Deverá constar no plano de continuidade de negócios a garantia do suporte técnico necessário, por parte da CONTRATADA, para a migração para outro fornecedor definido pelo DAE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#) e Decreto Municipal nº 16.666, de 2023).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. A fiscalização, a gestão e o monitoramento da execução do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do DAE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.10. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do DAE, sem que disso decorra qualquer ônus extra para o DAE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação à prestação de serviços e/ou fornecimento dos materiais, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

6.11. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente do DAE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Gestor do Contrato

6.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os relatórios gerenciais citados no item 5.11.4.2 e os eventuais registros de ocorrência efetuados pela fiscalização, a partir dos quais será avaliado se há alguma pendência ou irregularidade relacionada à execução contratual.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. O DAE ou o seu representante na CCEE será responsável pela liberação do acesso ao Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE visando a CONTRATADA obter os montantes hora a hora da(s) energia medida da(s) unidade(s) consumidora(s) nos ciclos de faturamento do contrato.

7.3.2. Caso os dados de medição não estejam disponíveis ou estejam incompletos no 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao suprimento, as PARTES poderão decidir em comum acordo, estimar as horas faltantes, para emissão do Faturamento.

7.3.3. O DAE, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às suas instalações às representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

7.3.4. Caso solicitado pela CONTRATADA, o DAE solicitará à concessionária de energia local acesso à CONTRATADA:

- a) Para instalação de dispositivo que realize a leitura remota da memória de massa dos medidores de energia elétrica, caso solicitado; e
- b) Acesso físico aos ativos de medição, mediante solicitação.

7.3.5. As PARTES acordam que, às quantidades registradas no medidor do ponto de medição para cada mês de suprimento, serão acrescidas do Fator de Perdas (F_{perdas}) e abatidas da energia contratada no PROINFA, caso aplicável, para fins de determinação da Energia Faturável Mensal (EF_m).

7.3.6. O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para cada unidade consumidora, em conformidade com a quantidade da Energia Faturável Mensal, em megawatts-hora (MWh), de acordo com os parâmetros a seguir.

7.3.7. A Energia Faturável Mensal será a maior entre:

7.3.7.1. O somatório da energia medida (E_{medida}) de todos os pontos modelados no perfil do DAE, cujo acesso esteja disponível à CONTRATADA no SCDE, acrescida do Fator de Perdas e abatida à energia contratada no PROINFA (E_{ajust}); e

7.3.7.2. A Energia Contratada Mensal reduzida pela flexibilidade mensal inferior ($FLEX_{min}$), limitada à Energia Contratada Mensal (EC_m) acrescida pela flexibilidade mensal máxima ($FLEX_{max}$).

$$EF_m = \text{mínimo}\{\text{máximo}[E_{ajust}; (1 + FLEX_{min}) \times EC_m]; EC_m \times (1 + FLEX_{max})\}$$

Onde:

- m : mês de suprimento;
- EF_m : montante da energia faturável mensal, expresso em MWh;
- E_{medida} : energia medida no mês de suprimento na unidade consumidora, expressa em MWh;
- F_{perdas} : fator de perdas equivalente a 3,0% (três por cento);
- PROINFA: cota do PROINFA para o mês de suprimento, das unidades consumidoras livres atendidas pelo contrato;
- $FLEX_{min}$: flexibilidade inferior de consumo de energia elétrica mensal, expressa em %;
- $FLEX_{max}$: flexibilidade superior de consumo de energia elétrica mensal, expressa em %;
- EC_m : montante de energia contratada mensal, expressa em %.

7.3.8. Após a apuração descrita no item 7.3.7.1 a CONTRATADA deverá efetuar o faturamento para cada ponto de medição. Em caso de sobras contratuais, o DAE indicará em quais unidades devem ser faturadas as sobras contratuais, ou autorizar a revenda destes excedentes, mediante proposta da CONTRATADA aprovada pelo DAE.

7.3.9. Caso a Energia Faturável Mensal esteja entre o volume de Energia Contratada Mensal reduzido pela flexibilidade mínima e o volume de Energia Contratada Mensal acrescido pela flexibilidade máxima estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$Faturamento_m = EF_m \times PrC_m$$

Onde:

- $Faturamento_m$: faturamento da contratada referente ao mês de suprimento;
- PrC_m : preço vigente da energia contratada mensal.

7.3.10. Caso a Energia Faturável Mensal seja menor do que o volume de Energia Contratada Mensal reduzida pela flexibilidade mensal inferior, a CONTRATADA deverá apresentar proposta para recompra da energia contratada excedente.

7.3.11. O CONTRATANTE poderá aderir à oferta de compra apresentada pela CONTRATADA. A confirmação da aceitação deverá ser formalizada pelo CONTRATANTE. Nesse caso, o faturamento referente ao mês em questão será calculado da seguinte forma:

$$Faturamento_m = E_{ajust} \times PrAjust_{revenda}$$

Onde:

- $PrAjust_{revenda}$: preço vigente da energia contratada mensal, considerando a proposta de revenda da CONTRATADA, calculado pela seguinte fórmula:

$$PrAjust_{revenda} = \frac{\{[EC_m \times (1 + FLEX_{min})] \times PrC_m - [E_{revenda} \times Pr_{revenda}]\}}{E_{ajust}}$$

- $Pr_{revenda}$: preço ofertado pela CONTRATADA para revenda da energia contratada excedente;
- $E_{revenda}$: energia mensal revendida para a CONTRATADA, sendo a diferença entre o limite inferior da flexibilidade mensal e a energia medida ajustada (E_{ajust}), ou seja:

$$E_{revenda} = EC_m \times (1 + FLEX_{min}) - E_{ajust}$$

7.3.12. Caso o CONTRATANTE não dê o aceite previsto no item 7.3.12, o faturamento será realizado conforme disposto no item 7.3.10.

7.3.13. Caso a Energia Faturável Mensal seja maior do que o volume de Energia Contratada Mensal acrescida pela flexibilidade mensal superior, a CONTRATADA deverá apresentar proposta para o suprimento da energia excedente consumida.

7.3.14. O CONTRATANTE poderá aderir à oferta de suprimento apresentada pela CONTRATADA. A confirmação da aceitação deverá ser formalizada pelo CONTRATANTE. Nesse caso, o faturamento referente ao mês em questão será calculado da seguinte forma:

$$Faturamento_m = E_{ajust} \times PrAjust_{compra}$$

Onde:

- $PrAjust_{compra}$: preço vigente da energia contratada mensal, considerando a proposta de suprimento da CONTRATADA, calculado pela seguinte fórmula:

$$PrAjust_{compra} = \frac{\{[EC_m \times (1 + FLEX_{max})] \times PrC_m - [E_{compra} \times Pr_{compra}]\}}{E_{ajust}}$$

- Pr_{compra} : preço ofertado pelo CONTRATADA para suprimento da energia excedente consumida;
- E_{compra} : energia mensal revendida para a CONTRATADA, sendo a diferença entre o limite superior da flexibilidade mensal e a energia medida ajustada (E_{ajust}), ou seja:

$$E_{compra} = E_{ajust} - EC_m \times (1 + FLEX_{m\acute{a}x})$$

7.3.15. Caso o CONTRATANTE não dê o aceite previsto no item 7.3.15, o faturamento será realizado conforme disposto no item 7.3.10.

7.3.16. O valor faturado deverá observar a legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), incluindo sua incidência quando a legislação específica assim previr.

7.4. A cada 6 (seis) meses, contados da conclusão da migração da primeira UNIDADE CONSUMIDORA para o ACL, deve ser apurado indicador de variação percentual entre o custo do MWh praticado no CONTRATO (ACL), considerando o impacto desconto na TUSD, em relação ao ACR, visando avaliar a preservação da vantajosidade global da contratação.

7.4.1. Entende-se que há vantajosidade global da contratação quando o faturamento mensal sob o regime do CONTRATO é menor do que o custo equivalente no modelo ACR, considerando o preço do MWh e o desconto na TUSD.

7.5. Caso seja constatada a perda da vantajosidade global da contratação em: (I) ao menos 6 (seis) meses consecutivos no período de 1 (um) ano, ou em (II) 12 (doze) meses não consecutivos no período de 2 (dois) anos:

7.5.1. As PARTES poderão negociar a redução do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, de modo que os custos do CONTRATO, considerando o desconto na TUSD, restem iguais ou inferiores aos custos praticados no ACR, garantindo assim a vantajosidade global do CONTRATO; ou

7.5.2. A CONTRATANTE poderá optar pela rescisão antecipada do CONTRATO, conforme disposto na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do CONTRATO

7.6. Condições para transição operacional e continuidade com o cronograma, de acordo com as regras setoriais de migração/retorno (ANEEL / CCEE / CPFL Paulista), em caso de rescisão por perda de vantajosidade:

7.6.1. Condição suspensiva de eficácia: qualquer rescisão antecipada por perda de vantajosidade só produzirá efeitos após (I) entrada em operação do novo supridor no ACL (unidades cadastradas e ativas na CCEE, medição validada e data de início de fornecimento definida) ou (II) readmissão formal no ACR pela CPFL Paulista (com cumprimento de prazos e aceite). Enquanto isso, o fornecimento vigente permanece inalterado.

7.6.2. Negociação prévia obrigatória: antes da rescisão, as PARTES deverão executar o rito de renegociação previsto neste TR, com a elaboração de ata motivada pela fiscalização/gestão, em atendimento ao disposto nos Art. 117 a 119 da Lei 14.133/2021.

7.7. Cronograma mínimo e marcos (indicativo). Para cada Unidade Consumidora, estruturar cronograma do T-180 à Data Final:

- a) T-180: enviar carta denúncia/opção de migração ou retorno à CPFL Paulista; iniciar (ou instruir) processo de contratação substitutiva; atualizar cadastro CCEE;
- b) T-120: publicar edital (ACL ou ACR), com minuta final das cláusulas de transição;
- c) T-90: homologar resultado; assinar contrato; protocolar na CCEE (lastro, contratos, representação);
- d) T-60: adequações/metrologia; testes de medição; confirmações com CPFL Paulista;
- e) T-30: janela de comissionamento; plano de contingência validado pela fiscalização;
- f) Data final: troca comercial efetiva (sem “apagão contratual”).

7.7.1. Esses marcos refletem prazos usuais de até 180 dias para migração/retorno, conforme ANEEL / CCEE / CPFL Paulista.

7.8. Papéis e responsabilidades para a migração no caso de rescisão por perda da vantajosidade:

7.8.1. **Contratante:** planejamento, decisão motivada sobre vantajosidade, condução do novo certame, coordenação com CPFL Paulista e CCEE, plano de comunicação (órgãos internos), e nomeação de fiscais (titular e suplente).

7.8.2. **Contratada:** manter fornecimento sem redução de qualidade até a data de corte; assistência de transição (dados de medição, curva de carga, faturamento comparativo ACL x ACR, histórico de eventos); cooperação técnica com CPFL Paulista e a Nova Contratada.

7.8.3. **Nova Contratada (ou distribuidora em caso de retorno ao ACR):** cumprir prazos regulatórios (CCEE / CPFL Paulista), garantir lastro e contratos, validar medição e iniciar faturamento na data acordada.

Recebimento

7.9. Ao final de cada mês de suprimento, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha de medição e de memória de cálculo detalhada, além das documentações previstas anteriormente.

7.10. Caso ocorra a situação prevista nos itens 7.3.11 ou 7.3.14, a CONTRATADA deverá apresentar a medição prévia acompanhada da respectiva proposta.

7.11. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.13. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.14. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.15. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.16. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.16.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.16.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.16.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Municipal nº 16.666, de 2023);

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Dado o atesto / recebimento provisório da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 (sete) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. O prazo de validade;

7.23.2. A data da emissão;

7.23.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. O valor a pagar; e

7.23.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.25. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo de até 7 (sete) dias contados do atesto / recebimento provisório.

7.32. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 e Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um) e Índice de Endividamento Geral (EG) menor ou igual a 0,8 (zero vírgula oito), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

$$EG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}) / \text{Ativo Total}$$

8.23.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

8.23.3. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

8.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.1. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. Volume de energia elétrica fornecido igual ou superior a 2,96 MWm, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação;

8.28.1.2. Prazo contratual de no mínimo 36 meses;

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.28.5. Apresentar Certidão de Adimplemento emitido pela CCEE, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias.

8.28.6. Autorização para comercialização de energia elétrica emitida pela ANEEL;

8.28.7. Habilitação para comercialização varejista emitida pela CCEE;

8.28.8. Comprovar por meio da disponibilização dos relatórios da CCEE a comercialização de energia elétrica de portfólio próprio ou de terceiros pelo período contínuo de no mínimo 3 (três) meses, de um montante médio igual ou superior a 2,96 MWm;

8.28.9. A CONTRATADA deverá possuir equipe técnica mínima para a execução dos serviços, a qual deve ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

8.28.9.1. Responsável Técnico: 1 (um) profissional com formação em Engenharia Elétrica e experiência em (I) assessoria no processo de migração ao Ambiente de Contratação Livre, ou (II) gestão e administração dos contratos de energia de unidades consumidoras inseridas no Ambiente de Contratação Livre, ou (III) na prática de comercialização de energia;

8.28.9.2. Operador do Mercado de Energia: 1 (um) profissional com formação nível superior e possuidor de título válido de Operador do Mercado de Energia pela prova de Certificação de Operador do Mercado de Energia.

8.28.10. A empresa vencedora da licitação deverá atender à composição mínima e ao perfil dos profissionais supracitados que farão parte da equipe técnica mínima, a qual será exigida no momento da contratação, para a completa e satisfatória execução do objeto, como garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora, tendo em vista quantidade expressiva de unidades consumidoras, o monitoramento contínuo e contabilização das cargas das unidades, e os prazos diminutos para consolidação das faturas junto à CCEE, além de outras problemáticas que poderão surgir e causar prejuízos à contratante.

8.28.11. A CONTRATADA deverá apresentar as experiências requeridas dos profissionais através de "Curriculum Vitae", contendo atuação em função de nível superior equivalente a analista, engenheiro ou gestor de equipe responsável pelo processo de migração, gestão ou comercialização de energia, por um período mínimo de 12 meses. As descrições das atividades devem ser detalhadas e precisas, fornecendo subsídios suficientes para a análise técnica e validação por parte do DAE.

8.28.12. Os profissionais supracitados deverão fazer parte do quadro permanente da vencedora do certame na data de assinatura do contrato, comprovada por meio de documentação pertinente, em uma das seguintes condições a seguir: empregado; sócio; diretor; pessoa física com contrato de prestação de serviços. Não será admissível subcontratação de pessoas jurídicas para integrar a equipe mínima.

Documentações complementares

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.30. Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.30.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para que no prazo de 2 (dois) dias úteis comprove as exigências referidas com os prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar e serem aplicadas as penalidades legais cabíveis.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 80.351.571,65 (oitenta milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Ficha nº 1324.

- I) Gestão/Unidade: 05.01.06;
- II) Fonte de Recursos: 04.110.0000;
- III) Programa de Trabalho: 5002;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - 99;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A energia elétrica representa um dos principais custos operacionais das autarquias de saneamento, influenciando diretamente na sustentabilidade financeira e na eficiência dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto. O impacto das faturas de energia é significativo devido à natureza intensiva do consumo elétrico nesses processos, que envolvem captação, bombeamento, tratamento e distribuição de água, além do transporte e tratamento de efluentes. Estratégias eficazes de gestão energética são fundamentais para reduzir custos, melhorar a eficiência operacional e garantir um serviço sustentável e acessível à sociedade.

De acordo com o balanço financeiro de 2024 do Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE Bauru), a energia elétrica teve um impacto de **18,34%** (R\$ 36.588.766,25) nos custos operacionais, consumindo **16,24%** da receita gerada no período, tornando esse insumo um fator determinante para a estrutura tarifária do serviço prestado à população. O aumento das tarifas de energia impacta diretamente no orçamento da autarquia, podendo comprometer investimentos em infraestrutura, modernização de equipamentos e ampliação dos serviços.

Atualmente, a autarquia possui **54 unidades** consumidoras, entre poços, reservatórios e prédios administrativos, com fornecimento de energia elétrica em **média ou alta tensão** e que estão enquadradas no grupo tarifário A, cujas faturas incluem custos com demanda contratada, consumo de energia ativa e reativa, uso do sistema de distribuição, encargos setoriais e tributos. Essas unidades consumiram **50,22 GWh** no ano de 2024, que representa uma média de 4,21 GWh/mês, impactando o orçamento de 2024 em R\$ 36.036.098,11 (R\$ 3.003.008,18 por mês), ou seja, **98,49%** do custo total com energia elétrica da autarquia está relacionada a estas 54 instalações.

A estrutura tarifária das distribuidoras pode gerar variações significativas nos custos, principalmente devido a fatores como:

- **Aplicação das bandeiras tarifárias:** Conforme as condições de geração, são aplicadas tarifas adicionais na fatura com o intuito de reduzir o déficit tarifário da distribuidora, que passa a ter custos maiores com a geração e aquisição de energia elétrica. No Brasil, os custos de geração de energia elétrica aumentam em períodos de estiagem devido a característica da matriz energética que é predominantemente hídrica.
- **Reajustes tarifários anuais das distribuidoras:** O valor das tarifas de energia elétrica é reajustado com periodicidade anual, e refletem a variação dos custos operacionais da distribuidora, do preço da energia adquirida pela distribuidora, dos encargos setoriais, tributos e inflação.

Diante da relevância do custo energético, diversas estratégias podem ser adotadas para reduzir o impacto das faturas. Abaixo estão as principais:

- **Eficiência Energética:** Adoção de motores mais eficientes, automação dos sistemas de bombeamento e redução do consumo de energia reativa podem gerar economia significativa.
- **Gestão da Demanda e Fatura:** A revisão da demanda contratada e o monitoramento do fator de potência evitam custos desnecessários.
- **Geração Distribuída (GD):** Investimentos em usinas fotovoltaicas e outras fontes renováveis podem reduzir a dependência da energia da rede.
- **Mercado Livre de Energia:** A negociação direta com geradores e comercializadores reduzem os custos da energia e proporcionam maior previsibilidade financeira.

No aspecto da sustentabilidade ambiental, garantir (por meio de certificados internacionais) que o suprimento de toda a energia elétrica consumida pelas unidades do grupo tarifário A4, tenha como origem uma fonte de energia renovável é essencial para reduzir as emissões de CO² oriundas de fontes não-renováveis, tais como, usinas termelétricas a carvão e para enquadrar a autarquia em um dos pilares do conceito ESG (Environmental, Social and Governance).

A adoção dos princípios ESG em uma autarquia de saneamento não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para garantir um serviço de qualidade, sustentável e acessível à população. A implementação de boas práticas ambientais, sociais e de governança gera benefícios para a comunidade, melhora a eficiência operacional e fortalece a credibilidade da autarquia perante a sociedade e órgãos reguladores. Dessa forma, a gestão baseada em ESG contribui diretamente para um saneamento básico mais resiliente, econômico e sustentável a longo prazo.

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

A referida contratação não representa um custo adicional ao orçamento da autarquia, uma vez que os valores previstos substituirão parte dos pagamentos atualmente feitos à CPFL Paulista referente ao consumo de energia elétrica, que está prevista na LOA 2026, conforme dotação abaixo:

17.512.0118.2.141 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA UNIDADE

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica – ficha 1324.

III - Requisitos da contratação

A licitação deverá adotar critérios de julgamento do tipo **Menor Preço** para a contratação de empresa especializada para migração, gestão e suprimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A aquisição sugerida precisa observar a legislação aplicável ao caso, especialmente a Lei nº 10.848/2004, que trata sobre a comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre e a

Portaria 50/2022 do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as diretrizes para a contratação de energia elétrica para todos os consumidores classificados no Grupo A.

A empresa deverá possuir, além dos requisitos de habilitação estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais certificações e autorizações que lhe permitam efetuar a venda de energia elétrica.

A empresa deverá possuir equipe técnica mínima para a execução dos serviços, a qual deve ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

a) Responsável Técnico: 1 (um) profissional com formação em Engenharia Elétrica e experiência em (I) assessoria no processo de migração ao Ambiente de Contratação Livre, ou (II) gestão e administração dos contratos de energia de unidades consumidoras inseridas no Ambiente de Contratação Livre, ou (III) na prática de comercialização de energia;

b) Operador do Mercado de Energia: 1 (um) profissional com formação de nível superior e possuidor de título válido de Operador do Mercado de Energia pela prova de Certificação de Operadores de Mercado organizada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

A vencedora da licitação deverá atender à composição mínima e ao perfil dos profissionais supracitados que farão parte da equipe técnica, a qual será exigida no momento da contratação, para a completa e satisfatória execução do objeto, como garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora, tendo em vista quantidade expressiva de unidades consumidoras, o monitoramento contínuo, a contabilização das cargas das unidades, e os prazos diminutos para consolidação das faturas junto à CCEE, além de outras problemáticas que poderão surgir e causar prejuízos à contratante.

A **CONTRATADA** deverá apresentar as experiências requeridas dos profissionais através de “Curriculum Vitae”, contendo atuação em função de nível superior equivalente a analista, engenheiro ou gestor de equipe responsável pelo processo de migração, gestão ou comercialização de energia, por um período mínimo de 12 meses. As descrições das atividades devem ser detalhadas e precisas, fornecendo subsídios suficientes para a análise técnica e validação por parte do Departamento de Água e Esgoto de Bauru (**CONTRATANTE**).

Os profissionais supracitados deverão fazer parte do quadro permanente da vencedora do certame na data de assinatura do contrato, comprovada por meio de documentação pertinente, em uma das seguintes condições a seguir: empregado; sócio; diretor; pessoa física com contrato de prestação de serviços. Não será admissível subcontratação de pessoas jurídicas para integrar a equipe mínima.

A **CONTRATADA** deverá apresentar no ato da contratação documento formal da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica informando a sua Representação Operacional, como associado ou não associado, sendo que para este último deverá ter um cadastro de não agente. Também, deverá apresentar certificado de adimplemento ou de que não possui pendências junto à CCEE.

A **CONTRATADA** deve fornecer um parecer técnico e comprobatório de fonte de energia renovável seguindo as especificações técnicas do GHG Protocol Brasil contendo todas as informações necessárias (descritivo da quantidade, fonte e fator de emissão de carbono das fontes renováveis) e que atestem que o

atributo de energia renovável referente quantidade de energia elétrica foi repassado exclusivamente para o DAE Bauru, não tendo sido transmitido na forma de certificados de energia renovável (RECs) ou repassados a outros clientes por meio de contratos bilaterais ou Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (CCEAL). Em caso de energia renovável I-RECs, fornecer os devidos certificados referente ao consumo por ano.

O objeto da contratação será composto por um lote único, sendo economicamente mais vantajoso ao DAE a compra em maior escala, pois o custo da geração é significativamente menor em maior escalar. Além disso, a compra em lote único possibilita uma melhor gestão do contrato, por se tratar de fornecedor único, tendo em vista o grande número de Unidades Consumidoras que a Autarquia possui, o que dificultaria o controle de vários fornecedores.

A energia a ser fornecida pela **CONTRATANTE** deverá ser do tipo incentivada I5, pois trata-se da energia proveniente de fontes alternativas incentivadas, que têm como objetivo diversificar a matriz energética do país e promover o uso de recursos renováveis. Esse tipo de energia proporciona um desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) relacionada a demanda contratada junto a distribuidora, a título de incentivo.

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no Termo de Referência.

No caso concreto, a vedação à constituição e participação de empresas em consórcio é a medida que melhor atende ao interesse público, prestigiando os princípios da competitividade, economicidade e isonomia. Tal decisão fundamenta-se na maturidade e pulverização do mercado de comercialização de energia no Brasil.

Conforme dados recentes da CCEE, o setor conta com mais de 500 comercializadoras registradas. Deste universo, 126 empresas encontram-se habilitadas e ativas na modalidade Varejista, possuindo plena capacidade técnica e econômico-financeira para assumir, individualmente, a totalidade do objeto licitado.

Ademais, a contratação refere-se à migração, gestão e suprimento de energia elétrica no ACL, serviço padronizado e amplamente dominado pelos *players* do setor. Não se trata de empreitada de grande vulto ou de alta complexidade multidisciplinar que demande a soma de expertises de diferentes empresas, como ocorre em grandes obras de engenharia.

Portanto, a admissão de consórcios entre empresas que já são capazes de atuar isoladamente poderia gerar efeito reverso, restringindo a competitividade e favorecendo práticas anticoncorrenciais ou de reserva de mercado.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

Com o objetivo de conciliar a segurança jurídica e financeira da Autarquia com a economicidade e a competitividade do certame, sugerimos fixar o valor da garantia contratual em 5% (cinco por cento) do valor global do contrato. Esse percentual é suficiente para cobrir, de forma abrangente, os riscos técnicos e financeiros envolvidos na contratação para fornecimento de energia no ACL, sem representar ônus excessivo à **CONTRATADA**.

IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

Foram adotados os seguintes critérios para a definição das unidades participantes deste estudo:

- **Impacto no orçamento:** As unidades selecionadas correspondem a 63,21% do total de unidades sob a titularidade do DAE. No entanto, essas unidades representaram 98,49% do custo total da autarquia com energia elétrica em 2024;
- **Unidades pertencentes ao Grupo A:** São unidades atendidas em média ou alta tensão pela distribuidora de energia e possuem contrato de demanda, que indicam um consumo e custos mais elevados. De acordo com as normas regulatórias atuais, apenas as unidades desse grupo tarifário podem migrar para o Mercado Livre de Energia, oferecendo mais alternativas para a otimização da eficiência energética.
- **Economia de escala:** Volumes maiores de compra possibilitam condições mais vantajosas, como melhores tarifas e contratos mais favoráveis.

Sendo assim, foram selecionadas todas as 54 unidades da Autarquia que pertencem ao grupo tarifário A. Segue a relação de unidades consumidoras que foram alvo deste estudo:

Sequência	Nome da Unidade	Endereço
1	E.E.E. Jd. Vitória	Rua João Camilo S/N
2	E.T.E Candeia	Bairro Faz. São Luiz, 197
3	UB 01 - Booster Estoril	Av. Com. Silva Martha Qd. 06
4	UB 02 - Booster Falcão	Rua Saldanha Gama Qd. 01
5	UP 00 – ETA (medição CPFL)	Av. Comendador da Silva Martha S/N
6	UP 01 – Garrafa	Al. Ypê, 1-030
7	UP 18 – Beija Flor	Rua Alexandre Jorge Nasralla 1-11
8	UP 25 – Gasparini	R. Núcleo Hab Edson B. Gasparini, Edson B Gasparini, Nº S/N
9	UP 26 – Bíblia	Rua Alto Acre S/N
10	UP 27 – Cruzeiro do Sul II	Av. Cruzeiro do Sul 24-30
11	UP 31 – Mary Dota	Rua Maria E N Oliveira S/N
12	UP 32 – Geisel II	Rdv. Mal. Rondon SP 300 S/N
13	UP 33 – Pq. Real II	Rua Ramiro Rodrigues Ferreira S/N
14	UP 34 – Bauru XXV	Rua Lanya Cohlmya Soubhye S/N
15	UP 35 – Distrito III	CRT 212 B Bairro Fazenda Corumba S/N

16	UP 36 – Samambaia II	Rua Luiz Tentor Qd.10
17	UP 40 – Lotes Urbanizados	Rua Lydia Alves Falcão com Clovis Magalhães
18	UP 42 – Nova Esperança III	Rua Sgt. Joaquim M Cabral 1-9
19	UP 43 – Bauru XVI II	Cj Habit. Bauru XVI S/N
20	UP 44 – Vargem Limpa	Rua Adolpho Leoni Qdra 01
21	UP 45 – Primavera	Al. Primaveras 11-70
22	UP 46 – Villagio III	Rua Projetada Quatro S/N
23	UP 48 – Lago Sul	Rua Ricardo Mancini, s/nº 1
24	UP 49 – Cardia	Av. Cruzeiro do Sul 1-30
25	UP 50 – Marabá	R. Jayme Antonio Sbeghen, 6026EQ
26	UP 51 – Octávio Rasi II	R. Joaquim Marque de Figueiredo, 14-055
27	UP 52 – Bauru XVI IV	R. São Roque, qd 3
28	UP 53 – Nações Unidas II	Av. Nações Unidas S/N
29	UP 54 – JD. MANCHESTER	R. Morvan Dias de Figueiredo, 6001
30	UP 55 – Roosevelt III	Alameda Sócrates S/N
31	UP 56 – ZONA NORTE	Rdv Cesário J. Castilho
32	UP 57 – Val de palmas	CRT 212 A BAIRRO DAZ CORUMBA, S/N1
33	UP 58 – JARDIM TV	R. Luiz Rosa Lima, 04-45
34	UP 59 – Imperial	Av. Jose Vicente Aiello s/nº 1 PN IMPERIAL
35	UP 60 – Padilha II	Rua Antonio Padilha 1-95
36	UP 61 – Alphaville	Rod. Eng.º João Baptista Cabral Rennon, S/N km 236+324m
37	UP 62 – Estoril Premium	Rua Ibrahim Salim Haddad, s/n – Residencial Lago Sul
38	UP 63 – Jd. América II	Rua Armando Pieroni, 1-88
39	UP 64 – GEISEL III	Rua José Angelo Toniato, Qd. 01 – N. Residencial Geisel
40	UP 65 – Santa Cândida III	Rodv. Cmd. João Ribeiro de Barros, S/N 1 AR
41	UP 68 – Distrito III – 2	Rua Oito, 1-62 Dt. Cláudio G. Misquiati – CEP:17064-858
42	UP 70 – Chácara Cardoso	R. José da Rocha Mendes Filho, s/n1- Panorama Parque
43	UR 01 - Praça Portugal	Rua Gustavo Maciel 24-30
44	UR 02 - Sede DAE	Rua Padre João 11-25
45	UR 03 - Bela Vista	Rua Carlos Marques Qd. 10
46	UR 04 - Pq. Paulistano	Rua Cap. Alcides 12-71
47	UR 05 - Alto Paraíso	Rua Salvador Filardi 9-26
48	UR 07 - Geisel	Rua Cyrênio F. Aguiar 4-100
49	UR 08 - Jasmins	Al. Jasmins dos S/N Qd. 06
50	UR 12 - IX de Julho	Rua Dr Cyro C. Ferreira 2-60
51	UR 15 - Vila Seca	Rua Anhembí S/N Qd. 03
52	UR 23 - Gasparini	Rua Sapateiros dos S/N
53	UR 25 - Jd. Redentor II	Rua Rafael P.Martini Qd. 12
54	UR 29 - Shopping	Rua Ruy M. de Rosís Qd. 1

A tabela abaixo apresenta o volume de energia elétrica consumido pelas unidades listadas nos últimos cinco anos.

Ano	Total (kWh)	Total (MWh)	Variação %
2020	48.528.765	48.528,77	-
2021	51.757.310	51.757,31	6,65%
2022	51.937.870	51.937,87	0,35%
2023	51.668.456	51.668,46	-0,52%
2024	50.632.542	50.632,54	-2,00%

Média	50.904.989	50.904,99
-------	------------	-----------

Total	254.524.943	254.524,94
-------	-------------	------------

Com base na análise do histórico de consumo, considerando todas as variáveis que influenciaram o uso de energia elétrica em cada ano, além dos projetos previstos para os próximos cinco anos, foi estimado o seguinte volume de energia elétrica a ser contratado:

ANO	Meses	Volume Total (kWh)	Volume Total (MWh)
1	7	30.229.529	30.229,53
2	12	51.822.050	51.822,05
3	12	51.822.050	51.822,05
4	12	51.822.050	51.822,05
5	12	51.822.050	51.822,05

Total	55	237.517.729	237.517,73
-------	----	-------------	------------

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Conforme apontado no item I deste estudo, as principais estratégias para reduzir o impacto das faturas de energia elétrica no orçamento da Autarquia são:

- **Eficiência Energética**

Estratégia adotada em todos os processos de compra de novos equipamentos, no projeto e execução de novas unidades de produção e reservação, e no processo de substituição de equipamentos avariados/obsoletos/inoperantes das instalações elétricas da autarquia;

- **Gestão da Demanda e Fatura**

Estratégia executada mensalmente pela equipe de engenharia da Divisão de Produção e Reservação da Autarquia, analisando os dados fornecidos pela distribuidora de energia elétrica por meio das faturas e adotando as ações necessárias para redução dos custos com o pagamento de multas por demanda e energia reativa excedida;

- **Geração Distribuída (GD)**

Com o intuito de comparar essa estratégia com a adesão ao Mercado Livre de Energia, que prevê uma economia de 19% nos custos com a energia elétrica, estimou-se abaixo o investimento e os recursos necessários para implantar um sistema capaz de gerar aproximadamente 613.647,00 kWh/mês, o equivalente a 14,47% do consumo total das unidades estudadas.

Utilizou-se esse montante de geração, considerando a implantação de uma usina capaz de suprir toda a energia consumida pela Estação de Tratamento de Água localizada na Av. Comendador José da Silva Martha.

Detalhes do sistema:

- **Potência instalada:** 5,25 MWp
- **Quantidade de módulos (placas):** 9.080
- **Área necessária:** 36.320 m²
- **Investimento do sistema:** R\$ 19,07 milhões
- **Economia estimada:** R\$ 3,87 milhões/ano (10,73%)

Além do investimento no projeto e na implantação da usina solar, também serão necessários aportes financeiros para a construção da subestação de energia, para as obras de reforço na rede elétrica da distribuidora para viabilizar a recepção da energia gerada e para as infraestruturas complementares da usina, incluindo iluminação, monitoramento, CFTV, entre outras.

Para a implementação de uma usina solar desse porte, a distribuidora de energia realizará uma análise de viabilidade da rede. Caso identifique limitações na infraestrutura do sistema elétrico da região, poderá emitir um parecer desfavorável à construção do empreendimento.

O prazo para a elaboração dos projetos, aquisição de materiais, execução das obras civis e elétricas, comissionamento e entrada em operação da usina solar varia de 24 a 36 meses.

Devido à complexidade do projeto e implementação de uma usina solar de grande porte, diversos riscos podem ser identificados, tais como:

1. Riscos Regulatórios e Legais

- Mudanças na legislação e regulamentação setorial;
- Atrasos na obtenção de licenças ambientais e autorizações da distribuidora;
- Alterações nos incentivos fiscais e subsídios para geração solar.

2. Riscos Técnicos e Operacionais

- Indisponibilidade ou falha de equipamentos essenciais (ex.: módulos, inversores, transformadores);
- Baixa eficiência na geração devido a sombreamento, sujeira nos painéis ou degradação dos módulos;
- Alto custo de operação e manutenção da usina.

3. Riscos Financeiros e Econômicos

- Oscilação nos custos dos equipamentos e insumos (ex.: módulos fotovoltaicos e inversores);
- Variação cambial, afetando a importação de componentes;
- Dificuldade em obter financiamento ou aumento nas taxas de juros.

4. Riscos Climáticos e Ambientais

- Eventos climáticos extremos, como tempestades, granizo e ventos fortes, que podem inutilizar todo o sistema;
- Impactos ambientais que podem gerar restrições ao projeto.

5. Riscos de Execução e Logística

- Atrasos na entrega de materiais e equipamentos;
- Problemas na mão de obra qualificada para instalação e comissionamento;
- Dificuldade na integração da usina ao sistema elétrico local devido a limitações na infraestrutura;
- Necessidade de aditivos de preço e prazo, acarretando no aumento do custo do projeto.

Portanto, diante dos recursos necessários, dos riscos envolvidos, da complexidade do projeto, construção e manutenção de um empreendimento deste porte, e da atual situação financeira da Autarquia, a implementação de uma usina solar para geração distribuída foi, neste momento, descartada como estratégia para redução dos custos com energia elétrica.

- **Mercado Livre de Energia**

Estratégia objeto deste estudo que será detalhada no Item VII.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Devido ao grande volume de energia negociado, os contratos de energia no ACL utilizam a unidade de medida MWh para representar o consumo, diferente das faturas de energia da distribuidora que utilizam a unidade de medida kWh.

Utilizando a média aritmética das cotações obtidas com 3 das principais comercializadoras de energia do país (anexadas ao processo), estima-se o seguinte valor de contratação, considerando a incidência de todos os encargos e impostos, com exceção do ICMS:

ANO	Esfera ¹	Ultragaz ¹	Matrix ¹	Média ¹
1	413,12	397,87	431,00	414,00
2	345,59	359,46	346,00	350,35
3	319,23	344,10	331,00	331,44
4	310,08	331,02	319,00	320,03
5	282,36	318,86	286,00	295,74

¹Valores em R\$/MWh.

ANO	Volume Total (kWh)	Volume Total (MWh)	Valor Estimado (R\$/MWh)	Valor Total do Contrato
1	30.229.529	30.229,53	406,03	R\$ 12.274.096,07
2	51.822.050	51.822,05	353,09	R\$ 18.298.018,65
3	51.822.050	51.822,05	335,90	R\$ 17.407.197,61
4	51.822.050	51.822,05	323,11	R\$ 16.744.393,59
5	51.822.050	51.822,05	301,57	R\$ 15.628.146,63

Total do Contrato	R\$ 80.351.852,55
--------------------------	--------------------------

A exclusão do ICMS da estimativa do valor total da contratação não constitui opção discricionária da Administração, mas decorre de imposição do regime tributário vigente para o setor elétrico, fundamentada nos institutos da Substituição Tributária e do Diferimento.

No ACL, embora a operação comercial seja segregada entre o fornecimento da energia e o uso da rede de distribuição, a operação fiscal permanece centralizada para fins de controle do Fisco Estadual.

Nos termos do Artigo 425 do Regulamento do ICMS de São Paulo (Decreto Estadual nº 45.490/2000), o lançamento do imposto incidente sobre a alienação de energia elétrica no ambiente livre é diferido para o momento da entrada da energia no estabelecimento consumidor.

Por força deste dispositivo e da regulamentação operacional trazida pela Portaria SRE 14/2022, a Comercializadora deve emitir a Nota Fiscal sem destaque do ICMS. A responsabilidade pela apuração e recolhimento do tributo sobre a totalidade da operação (energia e transporte) é atribuída à Distribuidora local (CPFL Paulista), que efetuará a cobrança na fatura de uso do sistema de distribuição.

É importante destacar que essa iniciativa não representa um custo adicional ao orçamento da autarquia, uma vez que os valores previstos substituirão parte dos pagamentos atualmente feitos à CPFL Paulista pelo consumo de energia das unidades contempladas no estudo. Os detalhes e o memorial de cálculo da economia serão apresentados no item IX deste documento.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

No setor elétrico brasileiro, a comercialização de energia ocorre em dois ambientes distintos: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), comumente chamado de Mercado Livre de Energia. No ACR, consumidores atendidos pelas distribuidoras adquirem energia por meio de tarifas reguladas, definidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em processos de revisão tarifária anual. Já no ACL, consumidores têm liberdade para negociar contratos diretamente com geradores e comercializadores, possibilitando condições mais vantajosas de preço e flexibilidade na contratação. Essa distinção impacta diretamente a gestão de custos e a estratégia energética das empresas.

Esse ambiente começou a ser estruturado no Brasil com a abertura do setor elétrico nos anos 1990, em um movimento de modernização e desverticalização das empresas de geração, transmissão e distribuição. Com a criação da ANEEL em 1996 e da CCEE em 1999, a regulação do mercado passou a ser mais transparente e estruturada. A partir dos anos 2000, houve uma ampliação gradual do acesso ao mercado livre, com redução dos requisitos mínimos de demanda para os consumidores participarem.

Diferente do mercado cativo, essa modalidade opera de forma descentralizada, permitindo que consumidores escolham seus fornecedores de energia com base em preço, prazo, fonte de geração e outras condições contratuais. Atualmente, todos os consumidores conectados em média e alta tensão (grupo A) podem migrar para o mercado livre, independentemente da demanda contratada.

Além disso, o mercado livre conta com agentes comercializadores, que intermediam negociações entre geradores e consumidores, e com a CCEE, responsável pela liquidação financeira e pela regulamentação do ambiente de contratação livre.

Em 2022, a ANEEL implementou a Resolução Normativa 1.000/2021, que substituiu a antiga Resolução 414/2010, regulamentando a migração e os processos de comercialização de energia no mercado livre. Ela ampliou as possibilidades de acesso ao mercado e trouxe melhorias nas condições para consumidores e fornecedores, promovendo maior transparência e eficiência.

As principais vantagens de migrar para o ambiente de contratação livre são:

- **Redução de Custos:** A livre negociação possibilita preços mais competitivos, frequentemente inferiores aos praticados no mercado cativo;
- **Previsibilidade Orçamentária:** Os contratos de compra de energia podem ser firmados a longo prazo, com preços definidos, imunes as variações nos custos de geração, protegendo contra oscilações tarifárias do mercado regulado;
- **Sustentabilidade e Incentivos:** Há maior possibilidade de aquisição de energia renovável, alinhando-se a metas ambientais e ESG (Environmental, Social, and Governance);
- **Flexibilidade Contratual:** Permite adequação do contrato às necessidades específicas do consumidor.

O mercado livre de energia brasileiro tem crescido de forma significativa ao longo dos anos. Embora seja restrito a médios e grandes consumidores, o número de empresas que migram para esse modelo tem aumentado devido às vantagens econômicas. Além disso, a inclusão de fontes renováveis no mercado (como a solar e a eólica) tem ganhado força, com o aumento da procura por contratos de energia verde, que geram benefícios tanto econômicos quanto ambientais.

A expectativa é que, com o tempo, o mercado livre se torne mais acessível, com a redução das barreiras de entrada, permitindo a participação de consumidores de médio e pequeno porte. Além disso, a inovação tecnológica e o aumento da geração de energia renovável devem contribuir para a expansão e melhoria do sistema como um todo.

O DAE, atualmente no mercado cativo, poderá reduzir em aproximadamente 10% seu custo com energia ao migrar para o Mercado Livre, com potencial de economia ainda maior dependendo da variação dos preços no mercado regulado e da aplicação das bandeiras tarifárias.

Atualmente, a autarquia recebe uma única fatura da distribuidora local, que contempla tanto a Tarifa de Energia (TE) quanto a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Com a migração para o ACL, esse modelo será substituído por duas faturas distintas: uma correspondente à TE, que será paga à comercializadora de energia vencedora da licitação, e outra referente à TUSD, que continuará sendo cobrada pela distribuidora, por envolver os custos de utilização e manutenção da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Vale destacar que a relação da Autarquia com a distribuidora de energia local não será alterada, uma vez que o fornecimento de energia elétrica permanecerá sob sua responsabilidade, estando ela

obrigada a manter a continuidade e qualidade do serviço/produto de acordo com as normas da agência reguladora.

O processo de migração para o Ambiente de Contratação Livre envolve diversas etapas e requisitos que devem ser cumpridos. Abaixo estão as principais etapas desse processo:

1. Rescisão e Ajuste do Contrato com a Distribuidora

Todas as unidades consumidoras participantes do ACR e pertencentes ao Grupo A possuem dois contratos fundamentais que regulam a relação do consumidor e a distribuidora de energia local. O Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) estabelece os termos e condições para o uso do sistema de distribuição, bem como os respectivos direitos, obrigações e exigências operacionais entre as partes. Nesse contrato é também estabelecido o Montante de Uso do Sistema de Distribuição (MUSD), que é comumente denominado demanda contratada, isso é, a capacidade de escoamento do sistema de distribuição reservado para receber ou injetar energia elétrica na rede.

O Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER) tem por objetivo regular a compra e venda de energia elétrica entre o consumidor e a distribuidora, determinando a metodologia de medição e faturamento, estabelecendo regras para encerramento ou rescisão do contrato e definindo as características técnicas e condições comerciais. Trata-se de um contrato regulamentado pela ANEEL e que não permite negociação de preços ou prazos.

Se a unidade estiver no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), é necessário informar a distribuidora sobre a intenção de rescindir o CCER (solicitar a denúncia do contrato) e solicitar o ajuste do CUSD que sofrerá alterações em relação a definição do ambiente de contratação da energia. Essa etapa envolve a negociação do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), que define os encargos pelo uso da rede elétrica.

A denúncia do contrato deve ocorrer com 180 dias de antecedência do mês definido para a migração de cada unidade.

2. Envio e Validação das Documentações Técnicas e Comerciais

Após o envio da carta denúncia, o consumidor deve enviar para a distribuidora a documentação técnica/comercial listada abaixo:

- Contrato Social ou Estatuto contendo a nomeação do representante legal;
- Procuração/Autorização para a empresa gestora atuar no processo de migração;
- Formulário de características do padrão de medição de energia existente contendo fotos detalhadas e nítidas do padrão de medição de energia existente;
- CNPJ ou CPF da carga juntamente com perfil habilitado na CCEE para o mapeamento.

3. Adequação da Medição

De uma forma geral, o medidor padrão utilizado no mercado cativo é diferente do usado no mercado livre. A distribuidora deve garantir que a unidade possua um Sistema de Medição para Faturamento (SMF) compatível com os requisitos do ACL, permitindo o acompanhamento do consumo de energia em tempo real pela CCEE.

Tais adequações do sistema de medição são de responsabilidade da própria distribuidora, conforme determina o inciso II, parágrafo 3º do Art. 166 da Resolução ANEEL n.º 1.000/2021, cabendo ao consumidor adequar apenas estruturas de eletrodutos, cabeamento, painéis, entre outros equipamentos necessários para atender às especificidades técnicas exigidas pelas distribuidoras e garantir os padrões adequados para o processo de migração.

De acordo com o item 34.7 do Módulo 5 do PRODIST (Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica), que foi estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 956/2021, a distribuidora não pode exigir a adequação do padrão de entrada da unidade consumidora em função da substituição do sistema de medição, exceto se:

- a) for constatado descumprimento das normas e padrões técnicos vigentes à época da sua ligação inicial;
- b) houver deficiência técnica ou de segurança; ou
- c) houver inviabilidade técnica devidamente comprovada para instalação do novo sistema de medição no padrão de entrada existente.

Atualmente, a norma técnica GED 16789 - Procedimento para realização de serviço de implantação ou adequação SMF - classe de tensão A4 e A3a da CPFL Paulista define que apenas unidades que possuem medição indireta na tensão de 440/254 V necessitam da instalação de um autotransformador de 300 VA, duas tomadas de 10 A e um disjuntor bipolar de 2 A, para se adequarem a necessidade técnica do novo sistema de medição.

As adequações nos padrões de entrada de energia que por ventura forem necessárias e solicitadas pela distribuidora serão de responsabilidade técnica e financeira da **CONTRATADA**, reduzindo assim os riscos de atraso na migração e de custos excessivos para a Autarquia.

4. Validações na CCEE

Todos os consumidores do ACL precisam se registrar na CCEE, entidade responsável por viabilizar as transações de compra e venda de energia no mercado livre. A inscrição pode ser feita de forma direta ou por meio de um representante varejista.

Após o registro, a unidade precisa passar por validações para ser integrada ao sistema de contabilização da CCEE. Esse processo é conduzido de forma tripartite, envolvendo a atuação conjunta do consumidor, da distribuidora e da própria Câmara de Comercialização.

5. Comunicação e Homologação

A distribuidora e a CCEE devem homologar o processo, garantindo que todas as condições foram atendidas. Após a aprovação, o consumidor pode iniciar suas operações no ACL.

Após a conclusão do processo de migração, algumas atividades técnicas e comerciais são necessárias no ACL. Seguem as principais:

- Apuração da economia mensal obtida no ACL;
- Registro e validação dos contratos no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE);
- Operacionalização e representação na CCEE;
- Apuração dos Encargos de Serviços de Sistema (ESS);
- Validação e informe da contribuição da CCEE;
- Liquidação financeira com análise dos relatórios de contabilização mensais e informe da posição final do cliente;
- Modelagem de novos ativos;
- Abertura e acompanhamento de chamados;
- Acompanhamento das alterações nas regras e procedimentos de comercialização da CCEE;
- Participação nas assembleias ordinárias e extraordinárias da CCEE;
- Acompanhamento de auditorias feitas pela ANEEL e CCEE;
- Intermediar relação com os órgãos do setor;
- Auditoria e análise geral de documentos, contratos e faturas.

Essas e todas as outras atividades que tenham relação com o Mercado Livre de Energia e que envolvam os diversos agentes atuantes no setor, tais como, a CCEE, distribuidora, comercializadora e geradora, serão de responsabilidade da empresa vencedora do processo de licitação.

Análise de Riscos

Para fins de gerenciamento dos riscos inerentes à contratação de empresa especializada para migração e fornecimento de energia no ACL, identificam-se os seguintes eventos, classificados por fase e natureza, acompanhados das respectivas medidas de tratamento:

1. Riscos na Fase de Migração

1.1. Atraso ou Falha na Migração do Contrato de Fornecimento

Descrição: Perda dos prazos regulatórios para a denúncia e migração do contrato vigente junto à Distribuidora Local.

Probabilidade: Baixa | **Impacto:** Alto.

Medidas Preventivas:

- Exigir da **CONTRATADA** a apresentação imediata de um cronograma executivo de migração.
- Estabelecer contratualmente a responsabilidade técnica e administrativa da **CONTRATADA** sobre o trâmite burocrático junto à Distribuidora.

1.2. Inadequação do Sistema de Medição (SMF)

Descrição: Rejeição do pedido de migração pela Distribuidora devido à inadequação técnica do sistema de medição para faturamento.

Probabilidade: Baixa | **Impacto:** Médio.

Medidas Preventivas:

- Inclusão, no escopo da contratação, da obrigação da **CONTRATADA** em realizar as adequações necessárias no padrão de entrada.
- Prever no edital a possibilidade de realização de vistoria prévia, por parte da **CONTRATADA**, nas unidades consumidoras.

2. Riscos Operacionais e de Gestão

2.1. Falhas na Representação junto à CCEE

Descrição: Erros ou omissões no registro de contratos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, perda de prazos de validação de medição ou inadimplência de encargos setoriais.

Probabilidade: Baixa | **Impacto:** Crítico.

Medidas Preventivas:

- Exigência de Atestado de Capacidade Técnica que comprove experiência prévia na gestão de consumidores livres/especiais.
- A Contratada deverá arcar integralmente com quaisquer penalidades impostas pela CCEE e ressarcir a Administração por eventual exposição involuntária ao PLD.

2.2. Variação de Consumo (Exposição ao Mercado de Curto Prazo)

Descrição: O consumo da Administração ficar fora dos limites contratados (acima ou abaixo), gerando exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que é volátil.

Probabilidade: Baixa | **Impacto:** Alto.

Medidas Preventivas:

- Adoção de modalidade contratual com flexibilidade de +/- 30% em relação ao volume médio estimado;

- Acompanhamento mensal do padrão de consumo de cada unidade consumidora, considerando o melhor aproveitamento do recurso.

3. Riscos Econômicos e de Mercado

3.1. Descontinuidade da Contratada (Insolvência)

Descrição: Falência, recuperação judicial ou incapacidade financeira da Comercializadora em honrar a entrega da energia contratada.

Probabilidade: Baixa | **Impacto:** Crítico.

Medidas Preventivas:

- Análise rigorosa da qualificação econômico-financeira (índices de liquidez e solvência);

- Exigência de Garantia de Execução Contratual (Seguro-Garantia) em percentual compatível com o risco.

Não há necessidade de assistência técnica ou manutenção, pois, o objeto desse estudo trata de uma prestação de serviço.

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação.

Não será permitido o parcelamento do objeto devido a fatores técnicos, operacionais e econômicos que tornam indispensável a execução integral do serviço. Como mencionado no Item IV deste estudo, a aquisição de volumes maiores de energia elétrica oferece condições mais vantajosas, como tarifas mais competitivas e contratos mais favoráveis.

A centralização da prestação deste serviço em uma única empresa especializada assegura um controle unificado sobre todos os aspectos técnicos e operacionais, evitando conflitos de atribuições e problemas de coordenação.

O mercado já dispõe de empresas qualificadas para executar o serviço de forma integral, contemplando o processo de migração, adequação do SMF e gestão no ACL executando todos os procedimentos de compra e venda de energia elétrica, eliminando a necessidade de divisão em lotes e

preservando a competitividade do certame. Ademais, a natureza do serviço requer a aplicação de normas específicas e a uniformidade nos procedimentos, o que é garantido pela execução por uma única empresa. Dessa forma, a opção pela contratação integral se apresenta como a solução mais adequada, assegurando a qualidade, a padronização e a eficiência na prestação e controle do serviço.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Com o objetivo de demonstrar a vantajosidade da contratação pretendida, as tabelas abaixo detalham a performance financeira anual estimada durante os 55 (cinquenta e cinco) meses previstos de fornecimento, em ambos os ambientes de contratação. A análise comparativa dos componentes tarifários destaca a vantagem competitiva e a previsibilidade orçamentária proporcionadas pelo ACL.

MERCADO CATIVO

ANO	Consumo Total (MWh) ¹		Demanda Total (kW) ¹		Valor - TUSD Consumo (mil R\$)		Valor - TUSD Demanda (mil R\$)		Tarifa Energia (R\$) ²		Valor Energia (mil R\$)		Adicional Bandeira (mil R\$) ³	Valor Total (mil R\$)
	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta		
1	3.023	27.207	74.076	89.724	449	4.040	4.671	1.854	576,66	351,79	1.743	9.571	961	23.289
2	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	4.671	1.854	576,66	351,79	2.988	16.407	1.648	35.264
3	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	4.671	1.854	576,66	351,79	2.988	16.407	1.648	35.264
4	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	4.671	1.854	576,66	351,79	2.988	16.407	1.648	35.264
5	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	4.671	1.854	576,66	351,79	2.988	16.407	1.648	35.264
Total em 55 meses														164.344

MERCADO LIVRE

ANO	Consumo Total (MWh) ¹		Demanda Total (kW) ¹		Valor - TUSD Consumo (mil R\$)		Valor - TUSD Demanda (mil R\$) ⁴		Tarifa Energia (R\$) ⁵		Valor Energia (mil R\$)		Adicional Bandeira (mil R\$) ⁶	Valor Total (mil R\$)
	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta		
1	3.023	27.207	74.076	89.724	449	4.040	2.336	927	504,87	504,87	1.526	13.736	0	23.013
2	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	2.336	927	427,26	427,26	2.214	19.927	0	33.099
3	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	2.336	927	404,20	404,20	2.095	18.852	0	31.904
4	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	2.336	927	390,28	390,28	2.023	18.203	0	31.183
5	5.182	46.640	74.076	89.724	770	6.926	2.336	927	360,66	360,66	1.869	16.821	0	29.648
Total em 55 meses														148.847

¹Os montantes de energia e de demanda no horário de ponta e fora-ponta foram estimados considerando a média histórica dos últimos 5 anos.

²Tarifa com incidência de tributos.

³Adicional de bandeira tarifária considerando 6 meses de bandeira verde, 2 meses bandeira amarela, 1 mês de bandeira vermelha I, 2 meses de bandeira vermelha II e 1 mês de Escassez Hídrica, de acordo com a média dos últimos 120 meses.

⁴O valor da TUSD relacionada a demanda possui um desconto de 50% no ACL quando a energia adquirida é do tipo incentivada i5.

⁵Tarifa com incidência de tributos. No ACL não há distinção de valor entre horário ponta e fora-ponta na tarifa de energia.

⁶No ACL, não há cobrança adicional relacionada as bandeiras tarifárias uma vez que o valor da Tarifa de Energia é definido em contrato direto com a Comercializadora.

COMPARATIVO

ANO	Valor Total (mil R\$)		Diferença	
	CATIVO	LIVRE	mil R\$	%
1	23.289	23.013	276	1,18%
2	35.264	33.099	2.165	6,14%
3	35.264	31.904	3.360	9,53%
4	35.264	31.183	4.081	11,57%
5	35.264	29.648	5.616	15,93%
Total	164.344	148.847	15.498	9,43%

Com base nas simulações apresentadas, a migração para o Mercado Livre de Energia demonstra-se amplamente vantajosa, proporcionando uma redução estimada em aproximadamente 15,5 milhões de reais (9,43% de economia em relação ao mercado cativo) até o fim do contrato. A economia projetada, somada à isenção de bandeiras tarifárias e à previsibilidade de preços, confirma o ACL como a alternativa mais eficiente para a gestão energética da unidade, otimizando o fluxo de caixa sem comprometer a segurança do suprimento e sem a necessidade de investimento.

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

O DAE já conta com um corpo técnico qualificado para o acompanhamento, fiscalização e gestão do objeto deste estudo, não sendo necessária qualquer adequação, treinamento ou capacitação adicional para a contratação dos serviços descritos. No entanto, a atualização contínua desses profissionais é fundamental para assegurar o domínio das melhores práticas e inovações na gestão de contratos dessa magnitude.

No entanto, é essencial destacar a importância de estabelecer mecanismos internos na Autarquia para garantir que as funções de gestão contratual e fiscalização sejam claramente segregadas, conforme estabelece o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que determina os princípios a serem observados na aplicação da Lei. Entre esses princípios, destaca-se a segregação de funções, que visa garantir a transparência e eficiência nos processos administrativos. A responsabilidade pela fiscalização dos projetos deve ser atribuída exclusivamente a servidores com cargos técnicos efetivos, enquanto que a gestão do contrato deve ser atribuída a profissionais que não possuam funções de caráter técnico.

Além disso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece princípios como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade, e desenvolvimento nacional sustentável, que devem ser respeitados na execução dos contratos administrativos. A segregação de funções, neste contexto, assegura o cumprimento desses princípios, garantindo que a gestão do contrato e a fiscalização sejam conduzidas por profissionais com a devida especialização e sem sobrecarga de tarefas, prevenindo conflitos de interesse e promovendo a boa

administração pública. A separação clara das responsabilidades reforça a eficiência e a transparência nos processos, fundamentais para o sucesso desse tipo de contratação.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não existem contratações correlatas ou interdependentes associadas a este projeto. O serviço em questão é independente, não dependendo de outros projetos/processos para sua execução ou conclusão.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos abaixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Não há impactos ambientais que exijam medidas mitigadoras, pois este estudo trata da contratação de uma empresa especializada para migração, gestão e suprimento de energia elétrica, um bem de consumo intangível.

Além disso, a aquisição de energia no ACL possibilita a contratação de fontes renováveis por meio de contratos e certificados, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e das emissões de CO₂ na operação da Autarquia.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante da análise realizada, a migração das 54 unidades consumidoras da autarquia atendidas em média tensão para Ambiente de Contratação Livre – ACL (Mercado Livre de Energia) demonstra ser uma alternativa viável e estratégica para a otimização dos custos com energia elétrica. A projeção dos cenários indica uma redução significativa nas despesas, impulsionada pela eliminação da exposição as bandeiras tarifárias aplicadas no mercado cativo e pela possibilidade de negociar contratos de compra de energia com condições comerciais mais vantajosas.

Além da economia financeira, a migração permite maior previsibilidade orçamentária e flexibilidade na gestão do fornecimento de energia, possibilitando a escolha de fornecedores e fontes mais sustentáveis, alinhadas às diretrizes de eficiência energética e ESG. Contudo, essa transição exige planejamento criterioso, avaliação contínua das condições contratuais e acompanhamento do desempenho do mercado para garantir a maximização dos benefícios.

Dessa forma, considerando os ganhos econômicos e operacionais apresentados, sem a necessidade de investimento por parte da autarquia, recomenda-se a continuidade do processo de migração, com a implementação das etapas formais necessárias para viabilizar a contratação no mercado livre, garantindo o pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas por esse ambiente.

Certificamos o atendimento dos requisitos estabelecidos no Art. 4º do Decreto Municipal nº 13431/2017.

Bauru, 19/01/2026.

APÊNDICE A - GLOSSÁRIO

Para os fins e efeitos deste edital, os termos a seguir terão os significados definidos abaixo:

1. **ACL:** Ambiente de Contratação Livre – Segmento do mercado de energia, comumente chamado de Mercado Livre de Energia, no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme Regras de Comercialização e Procedimentos de Comercialização específicos.
2. **ACR:** Ambiente de Contratação Regulado - Segmento do mercado de energia no qual a compra e venda de energia elétrica são reguladas pela ANEEL. Nesse ambiente, as distribuidoras adquirem energia por meio de leilões e repassam aos consumidores cativos com tarifas reguladas.
3. **Agente de Medição:** É o agente da CCEE, responsável pela coleta, envio e ajuste de dados de medição do ponto de medição no CliqCCEE. O agente de medição é responsável pelas penalidades resultantes do não cumprimento de suas obrigações referentes à medição no CliqCCEE.
4. **Agente de Mercado:** Pessoa jurídica cadastrada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) que atua no setor elétrico, podendo ser gerador, comercializador, distribuidor ou consumidor livre.
5. **ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica - Órgão regulador do setor elétrico brasileiro, responsável por fiscalizar e normatizar a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no país, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de dezembro de 1997 e suas alterações.
6. **Autoridade Competente:** Órgão ou entidade governamental, judicial ou arbitral que tenha competência para interferir nessa relação contratual ou nas atividades das partes.
7. **CCEAL:** Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Livre - Instrumento contratual que formaliza a negociação de compra e venda de energia no Mercado Livre de Energia.
8. **CCEE:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob a autorização da Autoridade Competente e sob regulação e fiscalização da ANEEL cuja a finalidade é viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE.
9. **Centro de Gravidade:** É o ponto virtual num submercado específico do Sistema Interligado Nacional, nos termos das Regras de Comercialização, onde a energia contratada é entregue de forma simbólica, para fins de contabilização.
10. **CliqCCEE:** Sistema de Contabilização e Liquidação - Sistema computacional desenvolvido com base nas regras e procedimentos de Comercialização, que dá suporte à contabilização e liquidação financeira de toda comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE.

11. **Comissionamento:** Processo de testes e verificações para assegurar que o SMF esteja operando conforme os padrões técnicos e regulatórios antes de entrar em operação.
12. **Concessionária de Energia:** Agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.
13. **Consumidor Cativo:** Pessoa física ou jurídica que não possui autonomia para escolher seu fornecedor de energia elétrica e paga as tarifas estabelecidas pela ANEEL em conjunto com as concessionárias de energia.
14. **Consumidor Livre:** Pessoa física ou jurídica que possui autonomia para escolher seu fornecedor de energia elétrica e negociar diretamente as condições de contratação. Essa liberdade permite definir, de comum acordo, aspectos como preço, prazo de fornecimento, local de entrega da energia e demais cláusulas contratuais, conforme suas necessidades e estratégias.
15. **Cota do PROINFA:** O valor de custeio dos empreendimentos incentivados pelo PROINFA é dividido em cotas mensais, recolhidas por distribuidoras, transmissoras e cooperativas permissionárias. O cálculo das cotas é baseado no Plano Anual do PROINFA (PAP) elaborado pela ENBPARG e encaminhado para a ANEEL. Os valores são pagos por todos os consumidores livres e regulados do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os classificados como baixa renda.
16. **CUSD:** Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - Contrato entre o consumidor livre ou cativo e a concessionária de distribuição para uso da rede elétrica, garantindo o acesso ao sistema.
17. **Demanda:** Quantidade de potência elétrica requisitada por um consumidor ou sistema em um determinado período, medida em Watts.
18. **Denúncia:** Refere-se ao ato de rescisão unilateral de um contrato de energia dentro das condições estabelecidas entre as partes.
19. **ENBPARG:** Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - É uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia criada pela lei nº 14.182 de 2021, com o objetivo de manter sob o controle da União a operação de usinas nucleares e outras funções atribuídas à Eletrobras antes de sua privatização.
20. **Encargos Setoriais:** Custos não gerenciáveis suportados pelas concessionárias de distribuição, instituídos por Lei, cujo repasse aos consumidores é decorrente da garantia do equilíbrio econômico-financeiro contratual. Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de luz.
21. **Energia Contratada:** É a quantidade de energia elétrica a ser disponibilizada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, durante um determinado período de fornecimento, expressa em MWh (megawatt-hora) ou em MWm (megawatt-médio).

22. **Energia Elétrica Tipo I5:** Energia proveniente de fontes alternativas incentivadas, que têm como objetivo diversificar a matriz energética do país e promover o uso de recursos renováveis. Esse tipo de energia proporciona um desconto de 50% na TUSD, a título de incentivo.
23. **Energia Faturável:** Quantidade de energia utilizada para cálculo do faturamento da CONTRATADA em um determinado mês contratual, medida em kWh (quilowatt-hora).
24. **Energia Medida:** É a quantidade de energia elétrica ativa consumida em cada mês contratual, verificada pelo Agente de Medição, no ponto de medição da unidade consumidora do CONTRATANTE.
25. **ESS:** Encargos de Serviço do Sistema - Encargo cobrado para manter a confiabilidade e estabilidade do sistema elétrico, cobrindo custos operacionais extras.
26. **Fator de Perdas:** Fator que reflete as perdas elétricas entre o Centro de Gravidade e o Ponto de Medição da Unidade Consumidora do Contratante.
27. **Flexibilidade:** Percentual adicionado ou subtraído da energia contratada considerando os montantes mensais definidos após a sazonalização.
28. **Garantias Financeiras:** Uma das principais obrigações dos agentes que atuam no mercado livre de energia é o aporte de garantias financeiras para o cumprimento das obrigações mensais de pagamento junto à CCEE.
29. **GHG Protocol:** É um pacote de padrões, orientações, ferramentas e treinamentos para que empresas e governos mensurem e gerenciem as emissões antropogênicas responsáveis pelo aquecimento global.
30. **I-RECS:** International Renewable Energy Certificates - Certificados que atestam a origem renovável da energia elétrica consumida, permitindo rastreamento e comprovação de sustentabilidade.
31. **Lastro de Consumo:** Garantia de que um consumidor possui contratos de compra de energia suficientes para cobrir sua demanda prevista.
32. **Mercado Livre de Energia:** Ambiente de contratação de energia elétrica no qual consumidores podem negociar diretamente com geradores e comercializadores, escolhendo as condições contratuais.
33. **Mês de Suprimento:** Período correspondente a cada mês calendário, no qual a energia elétrica contratada é disponibilizada a partir da 0h00 do primeiro dia do mês até as 23h59 e 59s do último dia do aludido mês.
34. **Migração:** Processo de transição de um consumidor do Ambiente de Contratação Regulado (ACR) para o Mercado Livre de Energia (ACL).
35. **Modelagem:** É o procedimento específico destinado à vinculação de ativos de medição, de geração ou consumo, a determinado agente da CCEE, para fins da contabilização e liquidação financeira e demais obrigações atinentes.

- 36. Modulação:** Processo de distribuição da energia faturável em montantes horários, em cada ciclo de faturamento.
- 37. ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico** - Órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país.
- 38. Ponto de Entrega:** É o centro de gravidade do submercado, no qual a energia elétrica contratada será disponibilizada e vendida pela CONTRATADA ao CONTRATANTE mediante entrega simbólica, para fins contábeis e de liquidação da compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE.
- 39. Ponto de Medição:** Local de responsabilidade do Contratante, onde estão instalados os instrumentos para medição de grandezas elétricas da Unidade Consumidora, onde será realizada a leitura da Energia Consumida, pelo Agente de Medição.
- 40. PROINFA:** Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - Programa de incentivo de âmbito nacional instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 com o objetivo de aumentar a participação de fontes renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas, eólicas e térmicas a biomassa na produção de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).
- 41. Regras de Comercialização:** É o conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, aplicáveis à comercialização de energia elétrica na CCEE.
- 42. ReTUSD:** É o valor do ressarcimento em caso de perda no desconto da TUSD. O ressarcimento devido pela CONTRATADA em razão da perda do desconto do DAE deverá ser calculado com base no percentual do desconto definido e divulgado pela CCEE.
- 43. Sazonalização:** Processo de distribuição da energia contratada anual nos meses, respeitando os limites da variação e a quantidade de 100% (cem por cento) da energia contratada.
- 44. SCDE: Sistema de Coleta de Dados de Energia** - é o sistema responsável pela coleta diária e tratamento dos dados de medição de consumo e geração.
- 45. SIN: Sistema Interligado Nacional** - Sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com múltiplos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.
- 46. SMF: Sistema de Medição para Faturamento** - Conjunto de equipamentos e processos responsáveis por medir e registrar o consumo de energia elétrica na unidade consumidora para faturamento.
- 47. Submercado:** Região dentro do Sistema Interligado Nacional (SIN) com características próprias de oferta e demanda de energia, influenciando preços e contratos.

- 48. TUSD:** Tarifa de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição – Tarifas a serem cobradas do consumidor livre ou cativo pelo uso das redes de distribuição das concessionárias do local onde o mesmo está conectado;
- 49. Unidade Consumidora:** Instalação ou instalações de propriedade do CONTRATANTE, onde será entregue fisicamente a energia contratada pela concessionária de energia local.

APÊNDICE B – DETALHAMENTO DAS UNIDADES E DOS PARÂMETROS CONTRATUAIS

1. Este apêndice apresenta a relação detalhada das unidades consumidoras envolvidas no escopo do projeto, bem como os parâmetros técnicos e comerciais que devem ser utilizados na elaboração das propostas por parte dos licitantes, garantindo clareza, objetividade e equidade entre as propostas.

2. Limites contratuais:

2.1. Sazonalidade: +/- 10%.

2.1.1. Sazonalização é o processo de divisão da energia contratada anual, em montantes mensais, respeitando os limites percentuais apresentados no item 2.1. deste Apêndice.

2.1.2. A sazonalização deverá ser enviada pelo DAE até o dia 30 de novembro do ano anterior ao consumo à CONTRATADA, e, caso não seja enviada neste prazo, assume-se sazonalização uniforme ("flat"). Sazonalização "flat" significa que o volume de energia contratado será constante ao longo de cada ano do calendário civil.

2.2. Flexibilidade mensal: +/- 30%.

2.2.1. Flexibilidade mensal é o processo de variação mensal da energia contratada sazonalizada (vinculada a medição, ou seja, conforme a variação do consumo de cada unidade consumidora).

2.3. Modulação Horária: Uniforme ("flat").

2.3.1. Modulação horária é o processo pelo qual os montantes mensais de energia são distribuídos em valores horários.

2.4. Encargos setoriais: Inclusos.

2.5. Ponto de entrega: Submercado Sudeste/Centro-Oeste.

2.6. ReTUSD: R\$ 35,00/MWh.

2.6.1. ReTUSD é o valor do ressarcimento em caso de perda no desconto da TUSD. O ressarcimento devido pela CONTRATADA em razão da perda do desconto do DAE deverá ser calculado com base no percentual do desconto definido e divulgado pela CCEE, considerando que a perda total do referido desconto corresponde a R\$ 35,00/MWh (trinta e cinco reais por megawatt-hora), para energia de fonte incentivada especial 50%, de modo que a perda parcial do referido desconto corresponderá à proporção desse valor, a ser calculada conforme as seguintes fórmulas:

$$ReTUSD = 35 \times \left(\frac{50\% - DESC\%}{50\%} \right) \times EnDesc$$

Onde,

- *ReTUSD*: ressarcimento devido no mês contratual em R\$;

- *DESC%*: desconto informado pela CCEE no mês contratual, em percentual;
- *EnDesc*: energia efetivamente disponibilizada no mês contratual corrente, em MWh.

3. Relação de unidades, cronograma de migração e o volume de energia estimado em MWh sem sazonalização:

Seq	Nome da Unidade	ANO 1		ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
		Mês 1 ao 5	Mês 6 ao 12	Mês 13 ao 24	Mês 25 ao 36	Mês 37 ao 48	Mês 49 ao 60
1	E.E.E. Jd. Vitória	MIGRAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SMF	6,17	10,57	10,57	10,57	10,57
2	E.T.E Candeia		53,85	92,31	92,31	92,31	92,31
3	UB 01 - Booster Estoril		0,48	0,82	0,82	0,82	0,82
4	UB 02 - Booster Falcão		165,59	283,86	283,86	283,86	283,86
5	UP 00 – ETA		3.277,17	5.618,01	5.618,01	5.618,01	5.618,01
6	UP 01 – Garrafa		164,95	282,78	282,78	282,78	282,78
7	UP 18 – Beija Flor		379,45	650,49	650,49	650,49	650,49
8	UP 25 – Gasparini		935,03	1.602,91	1.602,91	1.602,91	1.602,91
9	UP 26 – Bíblia		376,30	645,08	645,08	645,08	645,08
10	UP 27 – Cruzeiro do Sul II		419,37	718,92	718,92	718,92	718,92
11	UP 31 – Mary Dota		1.243,05	2.130,95	2.130,95	2.130,95	2.130,95
12	UP 32 – Geisel II		798,58	1.369,00	1.369,00	1.369,00	1.369,00
13	UP 33 – Pq. Real II		265,07	454,41	454,41	454,41	454,41
14	UP 34 – Bauru XXV		311,15	533,40	533,40	533,40	533,40
15	UP 35 – Distrito III		740,01	1.268,58	1.268,58	1.268,58	1.268,58
16	UP 36 – Samambaia II		727,08	1.246,43	1.246,43	1.246,43	1.246,43
17	UP 40 – Lotes Urbanizados		1.625,73	2.786,97	2.786,97	2.786,97	2.786,97
18	UP 42 – Nova Esperança III		326,13	559,08	559,08	559,08	559,08
19	UP 43 – Bauru XVI II		28,09	48,16	48,16	48,16	48,16
20	UP 44 – Vargem Limpa		1.069,51	1.833,44	1.833,44	1.833,44	1.833,44
21	UP 45 – Primavera		1.070,90	1.835,83	1.835,83	1.835,83	1.835,83
22	UP 46 – Villagio III		123,96	212,51	212,51	212,51	212,51
23	UP 48 – Lago Sul		125,81	215,67	215,67	215,67	215,67
24	UP 49 – Cardia		1.041,59	1.785,58	1.785,58	1.785,58	1.785,58
25	UP 50 – Marabá		977,44	1.675,61	1.675,61	1.675,61	1.675,61
26	UP 51 – Octávio Rasi II		515,08	882,99	882,99	882,99	882,99
27	UP 52 – Bauru XVI III		862,65	1.478,82	1.478,82	1.478,82	1.478,82
28	UP 53 – Nações Unidas II		985,36	1.689,18	1.689,18	1.689,18	1.689,18
29	UP 54 – Jd. Manchester		737,38	1.264,07	1.264,07	1.264,07	1.264,07
30	UP 55 – Roosevelt III		941,14	1.613,39	1.613,39	1.613,39	1.613,39
31	UP 56 – Zona Norte		1.233,40	2.114,40	2.114,40	2.114,40	2.114,40
32	UP 57 – Val de palmas		945,38	1.620,65	1.620,65	1.620,65	1.620,65

33	UP 58 – Jardim TV	527,41	904,13	904,13	904,13	904,13
34	UP 59 – Imperial	389,46	667,65	667,65	667,65	667,65
35	UP 60 – Padilha II	233,00	399,44	399,44	399,44	399,44
36	UP 61 – Alphaville	26,48	45,39	45,39	45,39	45,39
37	UP 62 – Estoril Premium	14,76	25,31	25,31	25,31	25,31
38	UP 63 – Jd. América II	554,73	950,96	950,96	950,96	950,96
39	UP 64 – Geisel III	980,64	1.681,09	1.681,09	1.681,09	1.681,09
40	UP 65 – Santa Cândida III	771,67	1.322,86	1.322,86	1.322,86	1.322,86
41	UP 68 – Distrito III – 2	822,15	1.409,40	1.409,40	1.409,40	1.409,40
42	UP 70 – Chácara Cardoso	56,23	96,39	96,39	96,39	96,39
43	UR 01 - Praça Portugal	622,54	1.067,21	1.067,21	1.067,21	1.067,21
44	UR 02 - Sede DAE	160,16	274,57	274,57	274,57	274,57
45	UR 03 - Bela Vista	133,20	228,35	228,35	228,35	228,35
46	UR 04 - Pq. Paulistano	190,61	326,76	326,76	326,76	326,76
47	UR 05 - Alto Paraíso	330,14	565,96	565,96	565,96	565,96
48	UR 07 - Geisel	69,21	118,64	118,64	118,64	118,64
49	UR 08 - Jasmins	247,19	423,76	423,76	423,76	423,76
50	UR 12 - IX de Julho	167,54	287,21	287,21	287,21	287,21
51	UR 15 - Vila Seca	81,31	139,38	139,38	139,38	139,38
52	UR 23 - Gasparini	124,85	214,02	214,02	214,02	214,02
53	UR 25 - Jd. Redentor II	162,30	278,22	278,22	278,22	278,22
54	UR 29 - Shopping	1.091,10	1.870,46	1.870,46	1.870,46	1.870,46
Total por Ano (MWh)		30.229,53	51.822,05	51.822,05	51.822,05	51.822,05

3.1. Resumo dos volumes de energia estimados

ANO	Volume Total (kWh)	Volume Total (MWh)	Volume Total (MWm)	Valor Estimado (R\$/MWh)	Valor Total do Contrato
1	30.229.529	30.229,53	5,92	406,03	R\$ 12.274.096,07
2	51.822.050	51.822,05	5,92	353,09	R\$ 18.298.018,65
3	51.822.050	51.822,05	5,92	335,90	R\$ 17.407.197,61
4	51.822.050	51.822,05	5,92	323,11	R\$ 16.744.393,59
5	51.822.050	51.822,05	5,92	301,57	R\$ 15.628.146,63
Total do Contrato					R\$ 80.351.852,55

3.2. Número da instalação e endereço

Seq.	Nome da Unidade	Número da Instalação	Endereço
1	E.E.E. Jd. Vitória	38437015	Rua João Camilo S/N
2	E.T.E Candeia	40710718	Bairro Faz. São Luiz, 197
3	UB 01 - Booster Estoril	4542150	Av. Com. Silva Martha Qd. 06
4	UB 02 - Booster Falcão	5006864	Rua Saldanha Gama Qd. 01
5	UP 00 – ETA	4887662	Av. Comendador da Silva Martha S/N
6	UP 01 – Garrafa	4542215	Al. Ypê, 1-030
7	UP 18 – Beija Flor	4542282	Rua Alexandre Jorge Nasralla 1-11
8	UP 25 – Gasparini	4542240	R. Núcleo Hab Edson B. Gasparini, S/N
9	UP 26 – Bíblia	4542231	Rua Alto Acre S/N
10	UP 27 – Cruzeiro do Sul II	4542177	Av. Cruzeiro do Sul 24-30
11	UP 31 – Mary Dota	4938860	Rua Maria E N Oliveira S/N
12	UP 32 – Geisel II	4613252	Rdv. Mal. Rondon SP 300 S/N
13	UP 33 – Pq. Real II	4997662	Rua Ramiro Rodrigues Ferreira S/N
14	UP 34 – Bauru XXV	4648307	Rua Lanya Cohlmya Soubhye S/N
15	UP 35 – Distrito III	5007356	CRT 212 B Bairro Fazenda Corumba S/N
16	UP 36 – Samambaia II	28369610	Rua Luiz Tentor Qd.10
17	UP 40 – Lotes Urbanizados	29907276	Rua Lydia Alves Falcão com Clovis Magalhães
18	UP 42 – Nova Esperança III	4887743	Rua Sgt. Joaquim M Cabral 1-9
19	UP 43 – Bauru XVI II	4926145	Cj Habit. Bauru XVI S/N
20	UP 44 – Vargem Limpa	37454234	Rua Adolpho Leoni Qdra 01
21	UP 45 – Primavera	4542207	Al. Primaveras 11-70
22	UP 46 – Villagio III	37644033	Rua Projetada Quatro S/N
23	UP 48 – Lago Sul	33406618	Rua Ricardo Mancini, s/nº 1
24	UP 49 – Cardia	4000416066	Av. Cruzeiro do Sul 1-30
25	UP 50 – Marabá	4000520933	R. Jayme Antonio Sbeghen, 6026EQ
26	UP 51 – Octávio Rasi II	4000611851	R. Joaquim Marque de Figueiredo, 14-055
27	UP 52 – Bauru XVI IV	4954629	R. São Roque, qd 3
28	UP 53 – Nações Unidas II	4546032	Av. Nações Unidas S/N
29	UP 54 – Jd. Manchester	4000726864	R. Morvan Dias de Figueiredo, 6001
30	UP 55 – Roosevelt III	29484871	Alameda Sócrates S/N
31	UP 56 – Zona Norte	30013194	Rdv Cesário J. Castilho
32	UP 57 – Val de palmas	4001144974	CRT 212 A BAIRRO DAZ CORUMBA, S/N1
33	UP 58 – Jardim TV	4001283146	R. Luiz Rosa Lima, 04-45
34	UP 59 – Imperial	4001433729	Av. Jose Vicente Aiello s/nº 1 PN IMPERIAL
35	UP 60 – Padilha II	4542290	Rua Antonio Padilha 1-95
36	UP 61 – Alphaville	4001460215	Rod. Eng.º João Baptista Cabral Rennon, S/N km 236+324m
37	UP 62 – Estoril Premium	4002749606	Rua Ibrahim Salim Haddad, s/n – Residencial Lago Sul
38	UP 63 – Jd. América II	4002407826	Rua Armando Pieroni, 1-88
39	UP 64 – Geisel III	4002399833	Rua José Angelo Toniato, Qd. 01 – N. Residencial Geisel

40	UP 65 – Santa Cândida III	4002881552	Rodv. Cmd. João Ribeiro de Barros, S/N 1 AR
41	UP 68 – Distrito III – 2	4003669653	Rua Oito, 1-62 Dt. Cláudio G. Misquiati
42	UP 70 – Chácara Cardoso	4003664275	R. José da Rocha Mendes Filho, s/n1- Panorama Parque
43	UR 01 - Praça Portugal	4589530	Rua Gustavo Maciel 24-30
44	UR 02 - Sede DAE	4541677	Rua Padre João 11-25
45	UR 03 - Bela Vista	4542223	Rua Carlos Marques Qd. 10
46	UR 04 - Pq. Paulistano	4542274	Rua Cap. Alcides 12-71
47	UR 05 - Alto Paraíso	4887719	Rua Salvador Filardi 9-26
48	UR 07 - Geisel	4542258	Rua Cyrênio F. Aguiar 4-100
49	UR 08 - Jasmins	4542266	Al. Jasmins dos S/N Qd. 06
50	UR 12 - IX de Julho	30226120	Rua Dr Cyro C. Ferreira 2-60
51	UR 15 - Vila Seca	4941551	Rua Anhembi S/N Qd. 03
52	UR 23 - Gasparini	4541766	Rua Sapateiros dos S/N
53	UR 25 - Jd. Redentor II	4584201	Rua Rafael P.Martini Qd. 12
54	UR 29 - Shopping	4546105	Rua Ruy M. de Rosis Qd. 1

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO E TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TCE/SP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE
BAURU, POR INTERMÉDIO DO(A)
E

O Departamento de Água e Esgoto de Bauru, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede na Rua Padre João, nº 11-25, na cidade de Bauru/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 46.139.952/0001-91, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Sr. João Carlos Viegas da Silva, nomeado pelo Decreto Municipal nº 18.633, de 23 de julho de 2025, publicado no DOMB de 24 de julho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 1361/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 011/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo I5 (incentivada com 50% de desconto na tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD), na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do Departamento de Água e Esgoto de Bauru/SP, com ponto de entrega localizado no submercado sudeste/centro-oeste, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Procedência	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1						
2						
3						
...						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da ordem de serviço, prorrogável por até **120 (cento e vinte) meses**, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O DAE designa como ÓRGÃO GESTOR a Divisão de Produção e Reservação, que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

3.2.1. O DAE designa como Gestor do Contrato o Sr. Vanderlei de Brito Melo, matrícula 100.497, e seu substituto o Sr. Gabriel Hiroishi Inoue, matrícula 103.757;

3.2.2. O DAE designa como Fiscal do Contrato o Sr. Gabriel Hiroishi Inoue, matrícula 103.757, e seu substituto o Sr. Heber Soares Vieira, matrícula 102.653;

3.2.3. O(s) Gestor(es) e Fiscal(is) do Contrato por parte do DAE exercerá(ão) as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 16.666, de 27/03/2023.

Matriz de risco:

3.3. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

3.3.1. Estimativas inadequadas dos montantes mensais de energia contratada.

3.3.2. Alterações na legislação tributária que impactem em desequilíbrio financeiro na execução contratual.

3.3.3. Impossibilidade técnica de migração de alguma unidade consumidora, garantido através de laudo técnico assinado por engenheiro eletricista com registro no conselho de classe e com emissão de responsabilização da CONTRATADA, devido a problemas com adequação do SMF.

3.4. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADA:

3.4.1. Sistema de Medição para Faturamento (SMF) inadequado ou apresentando falha técnica com necessidade de reparo.

3.4.2. Necessidade de adiamento do início da vigência contratual devido ao atraso na migração.

3.4.3. Oscilações no preço de mercado da energia elétrica devido aos fatores mercadológicos e climáticos que impactem na relação entre oferta e demanda.

3.4.4. Elevação dos custos da contratada em decorrência de sua estratégia comercial de aquisição de aquisição do portfólio de energia, necessários para cumprimento do contrato.

3.4.5. Falhas nos registros de dados do contrato junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3.4.6. Descumprimento dos compromissos assumidos perante a CCEE.

3.4.7. Incidência de multas, sanções ou quaisquer encargos financeiros devido ao consumo de energia sem lastro caso a CONTRATADA não garanta que a denúncia e o encerramento dos contratos junto à DISTRIBUIDORA se deem em tempo hábil e compatível com o início dos contratos de comercialização de energia no ACL.

3.5. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATADO:

3.5.1. Alterações na regulamentação da comercialização de energia elétrica.

3.5.2. Alterações na legislação não previstas nos demais itens desta matriz de riscos.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela preponderante do objeto contratual. Dessa forma, não será admitida, sob qualquer hipótese, a subcontratação do fornecimento de energia.

4.2. Será admitida a subcontratação parcial de serviço específico, a saber:

4.2.1. Todas as adequações físicas dos medidores, somente caso necessários, cabendo à CONTRATADA consultar as Normas e Procedimentos da concessionária de energia local destacada no item 5.11.2.2 do TERMO DE REFERÊNCIA e suas últimas revisões para verificar se há necessidade de adequar o padrão de entrada antes de realizar a migração ao ACL.

4.2.2. Caso não houver a necessidade, a CONTRATADA fica isenta desta adequação.

4.2.3. Havendo a necessidade de adequação, a CONTRATADA deverá apresentar para aprovação do DAE um relatório informando quais unidades necessitam de adequação e hipótese fundamentada em regulamentação específica para justificar a demanda de adequação.

4.2.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 24, da Lei Municipal nº 7.238, de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 7.287, de 2019), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1. O contratado deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no art. 23, II, da Lei Municipal nº 7.238, de 2019;

4.5.2. O contratado deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

4.5.3. O contratado será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

4.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/01/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus Anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Divisão de Assuntos Jurídicos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato;

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado;

9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.25.2. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar, em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato, um plano de continuidade de negócios (PCN). Esse plano deverá prever as ações, prazos e documentações necessárias para a continuidade dos serviços contratados em caso de rescisão ou encerramento contratual. Deverá constar no plano de continuidade de negócios a garantia do suporte técnico necessário, por parte da CONTRATADA, para a migração para outro fornecedor definido pelo DAE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste Contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

11.6.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

11.11. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art.](#)

92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
 - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Ficha nº 1324.

14.1.1. Gestão/Unidade: 05.01.06

14.1.2. Fonte de Recursos: 04.110.0000

14.1.3. Programa de Trabalho: 5002

14.1.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - 99

14.1.5. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante Legal do CONTRATANTE

Representante Legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELO CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO REQUISITANTE:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(A) DO CONTRATO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(A) SUBSTITUTO(A):

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Empresa:

Endereço Completo:

Cidade:

Estado:

Telefone:

CEP:

E-mail: (oficial para as solicitações e comunicações)

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Banco:

Conta Corrente:

Agência:

Cidade:

Conforme estipulado no Edital do **Pregão Eletrônico nº 011/2026 - DAE**, propomos:

GRUPO Nº 01

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 01 .	MWh	30.229		
2	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 02 .	MWh	51.822		
3	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 03 .	MWh	51.822		
4	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de	MWh	51.822		

	energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 04.				
5	Contratação de empresa especializada para migração, gestão e fornecimento/aquisição de energia elétrica do tipo i5 (incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), na modalidade varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras do DAE – ANO 05.	MWh	51.822		

Havendo qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I do Edital e as constantes no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão, para todos os efeitos, as do Anexo I.

Validade da Proposta: Conforme item 4.9 do Edital.

Prazo de Entrega: Conforme item 5 do Termo de Referência.

Prazo de Garantia: Conforme item 5 do Termo de Referência.

“DECLARO, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 011/2026.**”

“DECLARO que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”.

“DECLARO que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo de nossa inteira responsabilidade a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao DAE, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.”

.....
Assinatura



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

Nome: _____ Cargo: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Nacionalidade: _____ Telefone: _____
CPF: _____ RG: _____
Estado Civil: _____ Profissão: _____
Residência: _____ Nº: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
E-mail Institucional: _____
E-mail Pessoal: _____

Data:/...../.....

ANEXO IV - MODELOS DE CARTAS DE CREDENCIAMENTO E OUTRAS DECLARAÇÕES

CARTA DE CREDENCIAMENTO

(preencher em papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro do Departamento de Água e Esgoto de Bauru:

Referente: Processo Administrativo nº 1361/2025 - Pregão Eletrônico nº 011/2026 - DAE

Prezados Senhores,

Na qualidade de Responsável Legal por nossa Empresa, credenciamos o Senhor, portador da carteira de identidade RG nº e do CPF nº, para nos representar na licitação em referência, conferindo-lhe poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

Observação: Os licitantes deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no Estatuto ou Contrato Social.

CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

(preencher em papel timbrado da empresa)

Ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru:

Referente: Processo Administrativo nº 1361/2025 - Pregão Eletrônico nº 011/2026 - DAE

Prezados Senhores,

A Empresa, situada na Rua, nº, na cidade de, credencia o(a) Senhor(a), portador(a) da carteira de identidade RG nº, para nos representar na vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafado.

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Referente: Processo Administrativo nº 1361/2025 - Pregão Eletrônico nº 011/2026 - DAE

Atestamos, para os devidos fins, que a Empresa, neste ato representada pelo Sr(a), RG nº, CPF nº, compareceu ao DAE, sito na Rua Padre João, nº 11-25, Vila Santa Tereza, Bauru-SP, CEP 17012-020, para efetuar vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafado, tendo conhecimento do local e das condições de realização do serviço.

Local, de de 2026.

(Assinatura e carimbo do funcionário responsável pelo acompanhamento da vistoria)

DECLARAÇÃO

(preencher preferencialmente em papel timbrado ou em papel comum com o carimbo do CNPJ)

Eu, (nome completo), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
Responsável Técnico da Empresa (nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ nº, **DECLARO**
conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme item 7.8.2 do Edital.

Local, de de 2026.

.....

Assinatura do Representante Legal